

Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra

Conselho Federal de Psicologia

Conselhos Regionais de Psicologia

CREPOP

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

Psicologia 50 anos da Profissão no Brasil





Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra

Conselho Federal de Psicologia

Conselhos Regionais de Psicologia

CREPOP

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

Psicologia 50 anos da Profissão no Brasil

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Comissão de Elaboração do Documento
Organização:
Roseli Goffman

Especialistas:
Fabiana Andrade Campos
Genaro Ieno
Jáder Ferreira Leite
Paulo Roberto Martins Maldos

Colaborador:
Sérgio Sauer

Técnicas Regionais:
Vanessa Miranda e Fabiana Tozi

Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra

Brasília, Agosto/2013
1ª Edição

Conselho Federal de Psicologia
Conselhos Regionais de Psicologia

Psicologia 50 anos da Profissão no Brasil

É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte.
Disponível também em: www.cfp.org.br e em crepop.pol.org.br.
1ª edição – 2013
Projeto Gráfico – Ideorama
Diagramação – Liberdade de Expressão
Revisão – Liberdade de Expressão

Coordenação Geral/ CFP
Yvone Magalhães Duarte

Editoração
André Almeida

Equipe Técnica do Crepop/CFP
Monalisa Barros e Márcia Mansur Saadallah /Conselheiras responsáveis
Natasha Ramos Reis da Fonseca/Coordenadora Técnica
Cibele Cristina Tavares de Oliveira /Assessora de Metodologia
Klebiston Tchavo dos Reis Ferreira /Assistente Administrativo

Equipe Técnica/CRPs
Renata Leporace Farret (CRP 01 – DF), Thelma Torres (CRP 02 – PE), Gisele Vieira Dourado O. Lopes e Glória Pimentel (CRP 03 – BA), Luciana Franco de Assis e Leiliana Sousa (CRP04 – MG), Beatriz Adura e Fernanda Haikal (CRP 05 – RJ), Ana Gonzatto, Marcelo Bittar e Edson Ferreira e Eliane Costa (CRP 06 – SP),Silvia Giugliani e Carolina dos Reis (CRP 07 – RS),Carmem Miranda e Ana Inês Souza (CRP 08 – PR), Marlene Barbaresco (CRP09 – GO/TO), Letícia Maria S. Palheta (CRP 10 – PA/AP), Renata Alves e Djanira Luiza Martins de Sousa (CRP11 – CE/PI/MA), Juliana Ried (CRP 12 – SC), Katiúska Araújo Duarte (CRP 13 – PB), Mario Rosa e Keila de Oliveira (CRP14 – MS), Eduardo Augusto de Almeida (CRP15 – AL), Mariana Passos e Patrícia Mattos Caldeira Brant Littig (CRP16 – ES), Ilana Lemos e Zilanda Pereira de Lima (CRP17 – RN), Fabiana Tozi Vieira (CRP18 – MT), Lidiane de Melo Drapala (CRP19 – SE), Vanessa Miranda (CRP20 – AM/RR/RO/AC)

Referências bibliográficas conforme ABNT NBR
Direitos para esta edição – Conselho Federal de Psicologia: SAF/SUL Quadra 2,Bloco B, Edifício Via Office, térreo, sala 104, 70070-600, Brasília-DF
(61) 2109-0107 /E-mail: ascom@cfp.org.br /www.cfp.org.br
Impresso no Brasil – Agosto de 2013

Catalogação na publicação
Biblioteca Miguel Cervantes
Fundação Biblioteca Nacional

Conselho Federal de Psicologia
Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013. 122p.
ISBN: 978-85-89208-63-5
1. Psicólogos 2. Políticas Públicas 3. Questões da Terra
I. Título.

XV Plenário
Gestão 2011-2013

Diretoria
Humberto Cota Verona – Presidente
Clara Goldman Ribemboim – Vice-presidente
Aluízio Lopes de Brito – Tesoureiro
Deise Maria do Nascimento – Secretária

Conselheiros efetivos
Ana Luiza de Souza Castro
Secretária Região Sul

Flávia Cristina Silveira Lemos
Secretária Região Norte

Heloiza Helena Mendonça A. Massanaro
Secretária Região Centro-Oeste

Marilene Proença Rebello de Souza
Secretária Região Sudeste

Monalisa Nascimento dos Santos Barros
Secretária Região Nordeste

Conselheiros suplentes
Adriana Eiko Matsumoto
Celso Francisco Tondin
Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues
Maria Ermínia Ciliberti
Marilda Castelar
Roseli Goffman
Sandra Maria Francisco de Amorim
Tânia Suely Azevedo Brasileiro

Psicólogas convidadas
Angela Maria Pires Caniato
Ana Paula Porto Noronha
Márcia Mansur Saadallah

Conselheiras responsáveis pelo Crepop
Márcia Mansur Saadallah e Monalisa Nascimento dos Santos Barros

Conselheiras dos Crepops nos CRPs
Carla Maria Manzi Pereira Baracat (CRP 01 – DF), Alessandra de Lima e Silva (CRP 02 – PE), Alessandra Santos Almeida (CRP 03 – BA), Paula Ângela de F. e Paula (CRP04 – MG), Analícia Martins de Sousa (CRP 05 – RJ), Carla Biancha Angelucci (CRP 06 – SP), Vera Lúcia Pasini (CRP 07 – RS), Maria Sezineide C. de Melo (CRP 08 – PR), Wadson Arantes Gama (CRP 09 – GO/TO), Jureuda Duarte Guerra (CRP 10 – PA/AP), Adriana de Alencar Gomes Pinheiro (CRP 11 – CE/PI/MA), Marilene Wittitz (CRP 12 – SC), Carla de Sant'ana Brandão Costa (CRP 13 – PB), Elisângela Ficagna (CRP14 – MS), Izolda de Araújo Dias (CRP15 – AL), Danielli Merlo de Melo (CRP16 – ES), Alysson Zenildo Costa Alves (CRP17 – RN), Luiz Guilherme Araujo Gomes (CRP18 – MT) André Luiz Mandarino Borges (CRP19 – SE), Selma de Jesus Cobra (CRP20 – AM/RR/RO/AC).



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) apresenta à categoria e à sociedade em geral o documento de Referências Técnicas para Atuação das Psicólogas (os) em Questões Relativas a Terra, produzido a partir do terceiro circuito* da metodologia do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), este documento busca construir referência sólida para a atuação da Psicologia na área.

Essa referência foi construída com base nos princípios éticos e políticos norteadores do trabalho das(os) psicólogas(os) e nos elementos sensíveis que perpassavam a questão da terra no país. A proposta desse documento é reinstalar a reflexão sobre a atuação da Psicologia nessa área temática partindo da elaboração de diretrizes compartilhadas e legitimadas pela participação crítica e reflexiva para a categoria.

Tal referência reflete o processo de diálogo que os Conselhos vêm construindo com a categoria em suas diversas esferas de manifestação, no sentido de se legitimar como instância reguladora do exercício profissional. Por meios cada vez mais democráticos, esse diálogo tem se pautado por uma política de reconhecimento mútuo entre os profissionais e pela construção coletiva de uma plataforma profissional que seja também ética e política.

Esta publicação marca mais um passo no movimento de aproximação da Psicologia no campo das Políticas sobre a questão da Terra. A escolha de Questões da Terra como área de referenciação para atuação profissional de Psicólogas(os) surgiu a partir de uma demanda da categoria, observada no VI Congresso Nacional de Psicologia-CNP, realizado em 2007 e amplia seu espaço na atualidade dialogando com as manifestações públicas sobre as questões indígenas, a exemplo do movimento em defesa da Aldeia Maracanã e dos Guarani Kaiowa.

---

* O terceiro circuito consiste no processo de elaboração de referências técnicas, específicas para cada área investigada. As referências produzidas devem considerar a realidade da prática apresentada pela investigação, mas também proporcionar o reconhecimento do melhor que pode ser feito pelos psicólogos, na direção do estabelecimento de pactos da categoria sobre o seu fazer.

Assim, em 2011, o Crepop após investigar a carência de políticas sobre este tema, com a participação potencializada de Psicólogas(os), e, ao mesmo tempo a fim de propiciar e incentivar a discussão com a categoria, o Sistema Conselhos opta por produzir uma Referência para Atuação da Psicologia no Campo das Políticas Públicas Relativas à Questão da Terra, retomando uma etapa da metodologia do Crepop, já antes utilizada de convocação de uma comissão Ah-doc com psicólogas(os) e especialistas que possuem relevante contribuição nesta pauta.

Assim, mantemos o compromisso do Conselhos Federal e dos Regionais de Psicologia ao abordar tema tão complexo e relevante para o país, de forma a qualificar as(os) psicólogas(os) em todos os seus espaços de atuação.

HUMBERTO VERONA
Presidente do Conselho Federal de Psicologia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **15**
O Crepop – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas 16
Objetivo e Metodologia 17
Processo de Elaboração de Referência Técnica 18
O Processo de Consulta Pública 19

LINHA DO TEMPO DAS QUESTÕES DA TERRA NO BRASIL **23**

EIXO 1: DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELATIVAS ÀS QUESTÕES DA TERRA **29**
A Ética como Compromisso Social da Psicologia 30
A Psicologia e a Agricultura Familiar Camponesa 32
Alguns Pontos Possíveis de Contribuição da Psicologia na Assistência Técnica à Agricultura Familiar Camponesa 47

EIXO 2: PSICOLOGIA E O CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELATIVAS ÀS QUESTÕES DA TERRA **53**
A Relação entre a Psicologia e as Questões da Terra: Reflexões Iniciais 54
Psicologia e as Questões da Terra. Do que se trata? 55
As Questões da Terra, um Novo Tema para a Psicologia? 56
A Proposta de uma Virada: Uma Psicologia Social para a América Latina 59
A Produção de Pesquisas Acadêmicas: Temas e Demandas 64
A Atuação do CFP e dos CRPs para uma Mudança na Atuação da Psicologia. 69

EIXO 3: A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA **73**
O Processo de Luta pela Terra 77
O Processo de Organização Social das Famílias nos Espaços da Terra Conquistada 80
Desafios para Psicólogas(os) 92
Gestão Pública e o Lugar da Alteridade 94

EIXO 4: DESAFIOS PARA UMA PRÁTICA PSICOLÓGICA EMANCIPADORA 97
A Emergência de Novos Sujeitos Políticos e o Papel da Psicologia 99
Formação da(o) Psicóloga(o) e Temas de Pesquisa em Psicologia 101
Uma Psicologia Voltada para o Campo: Desafios Face ao Futuro 102

REFERÊNCIAS 105



INTRODUÇÃO

O Crepop – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas consiste em uma ação do Sistema Conselhos de Psicologia que dá continuidade ao projeto Banco Social de Serviços em Psicologia, referindo-se a uma nova etapa na construção da presença social da profissão de psicóloga(o) no Brasil. Constituiu-se em uma maneira de observar a presença social da (o) psicóloga (o) e do movimento da Psicologia no seu protagonismo social.

Nesse sentido, a ideia fundamental é produzir informação qualificada para que o Sistema Conselhos possa implementar novas propostas de articulação política visando a maior reflexão e elaboração de políticas públicas que valorizem o cidadão enquanto sujeito de direitos, além de orientar a categoria sobre os princípios éticos e democráticos para cada política pública.

Dessa forma, o objetivo central do Crepop se constituiu para garantir que esse compromisso social seja ampliado no aspecto da participação das (os) psicólogas (os) nas políticas públicas. Entre as metas do Crepop, estão, também, a ampliação da atuação da(o) psicóloga(o) na esfera pública, contribuindo para a expansão da Psicologia na sociedade e para a promoção dos Direitos Humanos, bem como a sistematização e a disseminação do conhecimento da Psicologia e suas práticas nas políticas públicas, oferecendo referências para atuação profissional nesse campo.

Cabe também ao Crepop identificar oportunidades estratégicas de participação da Psicologia nas políticas públicas, além de promover a interlocução da Psicologia com espaços de formulação, gestão e execução em políticas públicas.

Objetivo e Metodologia

O conjunto de ações em pesquisa desenvolvidas pelo Sistema Conselhos de Psicologia, por meio do Crepop, está organizado a partir da diretriz *Investigação Permanente em Psicologia e Políticas Públicas*, que consiste em pesquisar nacionalmente o fazer das (os) psicólogas (os) diante das especificidades regionais.

A proposta de investigar a atuação de psicólogas (os) em políticas públicas específicas visa a apreender sobre a prática profissional da (o) psicóloga (o). Todas as áreas são eleitas a partir de critérios como: tradição na Psicologia; abrangência territorial; existência de marcos lógicos e legais e o caráter social ou emergencial dos serviços prestados.

A eleição de Questões da Terra como área de atuação profissional de psicólogas (os) surgiu a partir de uma demanda da categoria observada no VI CNP, realizado em 2007. Esse tema emergiu junto a tantos outros que apontavam para o Sistema Conselhos a necessidade de maior qualificação e orientação para a prática nos serviços públicos.

O interesse da Psicologia com as questões da terra tem sido um tema de relevância para o Sistema Conselhos desde 2006, como atesta a realização dos Seminários organizados pelo CFP "A questão da terra: desafios para a Psicologia" e o conjunto de publicações do Sistema Conselhos de Psicologia "Série gente da terra: seminário subjetividade e a questão da terra" de 2008. Todas essas ações que incentivaram o debate sobre a inserção da Psicologia nesse campo, até então desprezado pela Psicologia enquanto ciência e profissão, culmina com a publicação, em 2010, do livro "Psicologia e povos indígenas".

Esse conjunto de publicações surge do diálogo político entre os profissionais e os sujeitos do campo: indígenas, sem-terra, atingidos por barragens. Dando início à formulação de bases para

a atuação da Psicologia nesse campo. Esse tema, entretanto, é emergente na Psicologia e ainda não tem políticas que definam de forma clara a atuação da(o) psicóloga(o). Sendo assim, este documento foi produzido de acordo com a metodologia de elaboração de referências técnicas para temas emergentes a partir de marcos lógicos legais das políticas já instituídas e da reconhecida contribuição dos especialistas no campo das práticas psicológicas referente às questões da terra.

A proposta do Crepop de construir referência para atuação da Psicologia no campo das políticas públicas relativas às questões da terra vem corroborar o fazer específico de nossa profissão, dialogar com aqueles que historicamente foram excluídos e também possibilitar a compreensão do significado de território para a formação da subjetividade para todas as políticas públicas que envolvam as questões da terra.

Processo de Elaboração de Referência Técnica

Os Documentos de Referência são recursos que o Conselho Federal de Psicologia oferece às(aos) psicólogas(os) que atuam no âmbito das políticas públicas como auxílio para qualificação e orientação de sua prática profissional.

Sua redação é elaborada por uma Comissão *Ad-hoc* composta por um grupo de especialistas reconhecidos por suas qualificações técnicas e científicas, por um conselheiro do CFP, mais um conselheiro do Comitê Consultivo e um técnico do Crepop. O convite aos especialistas é feito pelo CFP e não implica remuneração, sobretudo, porque muitos desses são profissionais que já vêm trabalhando na organização de política pública específica e recebem a convocação como uma oportunidade de intervirem na organização da sua área de atuação e pesquisa.

Nessa perspectiva, espera-se que esse processo de elaboração de referências técnicas reflita a realidade da prática profissional e permita também que o trabalho que vem sendo desenvolvido de modo pioneiro por muitas(os) psicólogas(os) possa ser compartilhado, criticado e aprimorado, para uma maior qualificação da prática psicológica no âmbito das Políticas Públicas[1] (CFP, 2012).

Para construir as Referências Técnicas para Atuação da Psicologia no Campo das Políticas Públicas Relativas às Questões da Terra, foi formada uma Comissão em 2011 com um grupo de quatro especialistas indicados pelos plenários dos Conselhos Regionais de Psicologia e pelo plenário do Conselho Federal. Em 2012, com a impossibilidade de participação de um especialista, foi indicado pela diretoria do CFP outro especialista para compor a Comissão. Assim, essa Comissão foi composta por quatro especialistas que voluntariamente buscaram qualificar a discussão sobre a atuação das(os) psicólogas(os) no campo das políticas públicas relativas às questões da terra.

O Processo de Consulta Pública

A metodologia de elaboração de referências do Sistema Conselhos de Psicologia/Rede Crepop utiliza o processo de consulta pública como uma etapa do processo de referenciação e qualificação da prática profissional das(os) psicólogas(os) em políticas públicas.

A Consulta Pública é um sistema utilizado em várias instâncias, inclusive governamentais, com o objetivo de auxiliar na elaboração e coleta de opiniões da sociedade sobre temas relevantes. Esse sistema articula representatividade e sociedade, trazendo novas

1 Para conhecer toda metodologia de elaboração dos documentos de referências técnicas do Sistema Conselhos/Rede Crepop, ver Documento de Metodologia do Crepop 2011, disponível em: http://crepop.cfp.org.br.

contribuições para formulação e definição de políticas públicas. O sistema de consulta pública amplia a discussão da coisa pública, coletando de forma fácil, ágil e com baixo custo as proposições da sociedade.

Para o Conselho Federal de Psicologia, o mecanismo de *Consultas Públicas* se mostra útil para colher contribuições, tanto de setores especializados quanto da sociedade em geral e, sobretudo, das(os) psicólogas(os), sobre as políticas e os documentos que irão orientar as diversas práticas da Psicologia nas Políticas Públicas.

Para o Sistema Conselhos de Psicologia/Rede Crepop, a ferramenta de consulta pública abre a possibilidade de ampla discussão sobre a atuação da Psicologia no campo das políticas públicas relativas às questões da Terra, permitindo a participação e contribuição de toda a categoria na construção sobre esse fazer da(o) psicóloga(o). Por meio da consulta pública, o processo de elaboração do documento torna-se democrático e transparente para a categoria e toda a sociedade.

Neste documento de referência sobre a atuação de psicólogas(os), devido à importância histórica e política do tema, um colaborador foi convidado para escrever uma breve linha do tempo sobre marcos histórico-legais das questões da terra no Brasil. O texto segue com uma **linha do tempo das questões da terra no Brasil**. No primeiro eixo, **dimensão ético-política das políticas públicas relativas às questões da *terra*,** é abordada a dimensão ética e o compromisso social da Psicologia, bem como contribuições na assistência técnica. No segundo eixo, P**sicologia e o campo das políticas públicas relativas às questões da terra**, mapearam-se a produção da Psicologia na qualidade de ciência e profissão e sua ação como dispositivo para a interferência nas políticas públicas. No terceiro eixo, **A**

atuação da Psicologia, focaram-se as práticas profissionais da Psicologia no âmbito das ruralidades e das questões da terra e sua contribuição com a transformação social, fazendo um percurso que aponta para desafios e outros desdobramentos: práticas possíveis da Psicologia nas questões da terra e a construção de novas políticas públicas. No eixo final, **Desafios para uma prática psicológica emancipadora***,* discutem-se os novos tempos e novas configurações das lutas políticas com a emergência das populações do campo como sujeitos políticos, portadores de direitos e participantes ativos na construção das políticas públicas e o papel da Psicologia na contribuição para a democratização do Estado.





LINHA DO TEMPO DAS QUESTÕES DA TERRA NO BRASIL

Há debates que discutem se a assim chamada "questão agrária" brasileira surge já no descobrimento, devido à expropriação dos povos originários ou se é um problema (político e econômico) mais recente. Os conflitos e disputas pela terra remontam à chegada dos primeiros portugueses, mas é importante considerar mudanças históricas que deram diferentes dimensões à questão agrária e às lutas pelo acesso à terra no Brasil (SAUER, 2010).

Como uma colônia portuguesa, o acesso à terra se deu via concessões de Sesmaria até 1824. Originalmente criado em Portugal com o propósito de tornar produtivas as terras da Coroa, esse regime foi a base da formação latifundista brasileira (concessão de grandes áreas para poucos aliados políticos). A extinção da lei de Sesmarias em 1824 não alterou em nada a então realidade da terra concentrada nas mãos de poucos agraciados.

A criação da Lei de Terras, em 1850, e o processo de abolição da escravidão negra (1888) mudaram radicalmente o regime de trabalho e a questão agrária no Brasil. A Lei de Terras representa uma mudança fundamental, pois estabeleceu um regime de propriedade que, diferente do regime anterior, impediu o acesso à terra àqueles que não podiam comprar terrenos (SAUER, 2010). A determinação de compra, como única forma de acesso às terras públicas, bloqueou o acesso dos pobres, negros ou migrantes, mudando o caráter da propriedade da terra.

Conflitos por terra são recorrentes na história do Brasil – Canudos (1896-1896), Contestado (1912-1916), e tantos outros menos conhecidos como foi o de Santa Dica, em Goiás (1912) –, mas eram episódicos e circunscritos a confrontos mais locais. A questão agrária adquiriu uma perspectiva política nova a partir dos anos 1940, com as mobilizações e lutas das Ligas Camponesas, organizadas inicialmente pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as associações pré-sindicais, organizadas pela

Igreja Católica (SAUER, 2010). As Ligas deram caráter nacional, consequentemente político, às lutas pela terra, constituindo-se em novidade nas lutas por terra, inclusive inserindo a demanda por reforma agrária na pauta da política nacional (SAUER, 2010).

O golpe civil-militar de 1964 e a implantação da Revolução Verde provocaram profundas mudanças na base produtiva agropecuária e nas lutas pela terra. Do ponto de vista político, as organizações agrárias foram reprimidas, as Ligas Camponesas extintas e a então recém-criada Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag, criada em 1963, a partir da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural) sofreu intervenção, pois o regime militar perseguiu severamente comunistas, lideranças políticas e líderes camponeses (SAUER, 2010). A repressão destruiu as mediações políticas e colocou no isolamento as demandas por terra, bloqueando qualquer possibilidade de transformar a questão agrária em um problema político que pudesse ameaçar o poder estabelecido e o domínio das classes proprietárias (MARTINS, 1981).

Do ponto de vista econômico, os governos ditatoriais aprovaram o Estatuto da Terra (1964) e alocaram grandes somas de recursos, a juros baixos, para capitalizar os grandes proprietários, permitindo investimentos pesados em máquinas (adoção de mecanização intensiva) e insumos modernos (uso de fertilizantes químicos, sementes selecionadas, etc.), possibilitando a implantação da Revolução Verde (SAUER, 2010). O crédito subsidiado – associado às ofertas de assistência técnica, recursos públicos para a pesquisa e preparação de profissionais especializados (ensino universitário ou técnico) – permitiu modernizar o latifúndio, baseando a produção (monocultora para exportação) em grandes extensões de terras (e não na democratização da propriedade fundiária), que deu o caráter conservador e doloroso ao modelo agropecuário adotado (SILVA, 1994).

Junto com a implantação da Revolução Verde como modelo produtivo, a ditadura procurou amenizar a demanda social por terra financiando a expansão das fronteiras agrícolas e promovendo a colonização de novas áreas na Amazônia e no Centro-Oeste do Brasil. Os projetos de colonização e o avanço das fronteiras agrícolas, no entanto, não aconteceram de forma pacífica. Velhos conflitos foram reavivados e novos surgiram nas áreas de colonização da Amazônia Legal, agudizando as disputas por terra, que resultaram em perseguições, ameaças de morte e assassinatos de centenas de lideranças e defensores de Direitos Humanos (SAUER, 2010).

No processo de redemocratização política, a partir do final dos anos 1970, a criação ou a criação dos partidos políticos (como os Partidos Comunista e Socialista) e a organização de entidades populares e sindicais de representação mantiveram as demandas por terra e mobilizações no campo na agenda política (SAUER, 2010). A criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 1984/1985, se somou às demandas das organizações já existentes – especialmente a Comissão Pastoral da Terra (CPT, criada em 1975), a Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra, criada em 1979) e a Contag –, e a bandeira da reforma agrária fez parte das pautas e manifestações que exigiam democracia e liberdade política (SAUER, 2010).

Essas pressões e demandas por terra obrigaram o então presidente, José Sarney (1985-1989), a formular um Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), que previa desapropriar terras suficientes para assentar 1,4 milhão de famílias em quatro anos. Como o Governo Sarney não executou essas metas, especialmente em consequência do apoio e das alianças com setores oligárquicos, as organizações deslocaram suas energias para a Assembleia Constituinte (SAUER, 2010).

Promulgada em 1988, a Constituição Brasileira inovou e, pela primeira vez na história, se tornou mandato constitucional a necessidade de toda propriedade (CF, art. 5, XXIII), inclusive a propriedade da terra (art. 186), cumprir a função social, portanto, o direito de propriedade deixou de ser absoluto (SAUER, 2010). Respondendo às organizações agrárias, às lutas populares pela democratização política e pela eliminação das desigualdades sociais, o texto constitucional determinou que a propriedade – especialmente, mas não exclusivamente, a terra – deve cumprir a função social. De acordo com o art. 186, a terra, para cumprir a sua função social, deve ser utilizada de forma eficiente, respeitar os direitos trabalhistas e respeitar o meio ambiente (SAUER, 2010).

As demandas e lutas pela terra forçaram os governos seguintes a formular planos e metas de assentamentos de famílias sem-terra, o que só veio a acontecer, em quantidades mais significativas, a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Segundo dados oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foram assentadas quase um milhão de famílias nos mandatos de FHC e Lula (2003-2010), com declínio expressivo das cifras nos dois primeiros anos do Governo Dilma (2011-2012).

Diante da concentração da propriedade da terra (menos de 1% dos proprietários detêm mais 46% de todas as terras) e da existência de famílias sem terra (os números são controversos, mas se afirma que há quase quatro milhões de famílias que poderiam ser beneficiadas por um programa efetivo de reforma agrária), a demanda por uma reforma agrária se mantém na agenda política nacional.





EIXO 1: DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELATIVAS ÀS QUESTÕES DA TERRA

A Ética como Compromisso Social da Psicologia

A Psicologia como profissão no Brasil tem estabelecido vários tipos de compromissos, os quais têm gerado sentidos diferentes para a sua construção, produzindo interlocutores, clientelas e resultados distintos. Vale lembrar que qualquer um desses compromissos pressupõe uma articulação a ideias, interesses e movimentos preexistentes na sociedade, o que significa que essas escolhas não são neutras nem exclusivas. Esclarecer quais são as vinculações sociais desses compromissos é fundamental para superarmos uma visão ingênua ou cínica dos significados da profissão e de suas práticas.

Uma característica forte do nosso tempo presente é o esvaziamento do espaço público, o enfraquecimento da importância da ação coletiva como forma de enfrentamento de problemas comuns, a fragilização de vários dos movimentos sociais que tiveram importância fundamental na construção da história social brasileira.

Ao mesmo tempo, há como que uma obsessão pela intimidade individual, vivida no espaço da vida privada. O indivíduo é o que ele sente, e, para o indivíduo, o que vale na sua relação com o mundo é o seu sentimento. O social se reduz ao cumprimento das normas formais instituídas na sociedade e o desconforto que isso possa produzir deve ser tratado no nível dos sentimentos de cada indivíduo.

Há uma espécie de *voyeurismo* em relação à vida em sociedade, na medida em que cada indivíduo procura encontrar a posição mais confortável e segura para ser um mero espectador do que ocorre para além de sua vida íntima.

Na medida em que o indivíduo se basta a si próprio, tendo o outro como estranho e ameaçador, e o social como mera formalidade, a irracionalidade dessa postura toma conta da convivência das

pessoas. Nos lugares públicos, se está de passagem como um viajante apressado que, no máximo, olha a paisagem para se proteger dos perigos.

Esse individualismo exacerbado desqualifica a ação coletiva, a qual passa a ser considerada inconsequente ou inviável. Evidentemente, os grupos sociais que têm os seus privilégios e interesses reforçados por esse contexto, procuram criar dispositivos de toda ordem para mantê-los. Muitas vezes, a Psicologia se torna um desses dispositivos, legitimando e instrumentalizando essa lógica.

Para as(os) psicólogas(os) que entendem que o coletivo, ou seja, o espaço público, é o lugar onde se exercita a inteligência criativa, que as relações sociais produzem os limites e possibilidades para desvendamento e afirmação da singularidade de cada um, e que a coletividade fornece as condições para a análise crítica da existência individual e coletiva, o desafio está colocado: como a Psicologia, hoje, pode contribuir para a construção de espaços públicos onde haja oportunidade de exercícios coletivos de crítica da vida social e da nossa individualidade, na perspectiva de, ultrapassando a irracionalidade do individualismo exacerbado, fornecer possibilidades de retomar condições mais favoráveis para a democratização do gosto pelo convívio humano.

Portanto, nessa perspectiva, hoje, o caráter de cientificidade da Psicologia e sua produção teórica devem estar a serviço das exigências éticas, ou seja, da significação social dos mais variados tipos de práticas profissionais do campo psicológico. Devido à multiplicidade dessas práticas, tanto do ponto de vista de orientação teórica como dos lugares sociais onde elas ocorrem, não se espera que essa significação seja única, nem homogênea, mas que seja explicitamente colocada e assumida como critério de avaliação de desempenho profissional e de validação teórica.

A Psicologia e a Agricultura Familiar Camponesa

O envolvimento de profissionais do campo psicológico com as questões sociais se sustenta pela exigência ética de que onde houver seres humanos sendo explorados, humilhados, desqualificados, discriminados, aí está a real demanda para esses profissionais. Da mesma maneira, onde existirem pessoas tentando construir caminhos que viabilizem novas formas de viver e que superem as condições de produção de sofrimento, humilhação e cerceamento da capacidade crítica e criativa que lhes estão sendo impostas, aí está o chamamento para que esses profissionais se coloquem a serviço dessa construção.

Abordar a Psicologia e as questões da terra tem esse compromisso ético, e implica desvelamento da história que nos tem constituído como povo, que marca a construção de nossas subjetividades.

O Brasil foi produzido, como país, como decorrência de uma forte e violenta luta pela terra, desde o início do processo de colonização, entre os colonizadores estrangeiros e os povos indígenas que habitavam a região. Portanto, desde o início, o Brasil é um país em que a disputa pela terra marca toda sua história, e essa contenda está na origem de toda violência expressa na organização social que o constitui como nação, seja para manutenção dos privilégios e do poder dos grupos dominantes, seja como decorrência dos mais variados mecanismos de resistência à dominação que amplas parcelas da população desenvolvem. O Brasil tem produzido desigualdade social por meio da manutenção de condições precárias de vida para uma grande parte da população, e esse desequilíbrio é condição para a manutenção dos mais variados tipos de privilégios para um reduzido grupo social que detém a propriedade da terra, a riqueza produzida, o conhecimento, a informação e as decisões políticas.

Ainda hoje, a alta centralização da propriedade de terras no Brasil em mãos de um pequeno grupo social revela e confirma uma das maiores taxas de concentração de terras do mundo.

Durante toda a história de dominação, submissão e desqualificação dos setores populares da sociedade brasileira, sempre existiu a resistência e a luta de grupos organizados desses setores contra a continuidade dessa história. No campo, essa luta teve início com a resistência indígena, continuou com a luta dos negros contra a escravidão e depois com as lutas de parte da população rural por condições mínimas de sobrevivência e dignidade. Nessas histórias de dominação e resistência, as questões da propriedade, posse e uso da terra sempre estiveram presentes, até hoje.

Por isso mesmo, as questões da terra, também no Brasil, marcam direta ou indiretamente nossa história social, política, econômica, cultural e, portanto, marcam como nossas subjetividades estão sendo produzidas. Vale lembrar que a terra sempre foi, e provavelmente continuará sendo, a referência primeira das vidas e das histórias humanas (“Mãe Terra”, “Terra Santa”). Quando as vidas humanas começam a ficar sem sentido, uma estratégia possível para “começar de novo” tem sido voltar à “Terra de Origem”. Negligenciar a importância das questões da terra no Brasil pode significar uma adesão acrítica à obsessão moderna pelo mundo urbano e a transformação da terra e da natureza em mercadoria a serviço dos interesses de lucro imediato do grande capital, tidos como formas inexoráveis de viver e produzir.

Por outro lado, vale destacar, que em todos os países desenvolvidos do mundo, onde a desigualdade social é bem menor que no Brasil, não há grandes imóveis rurais que concentram a propriedade da terra, ou seja, nos países desenvolvidos a propriedade da terra foi democratizada.

É nesse contexto que a reforma agrária se apresenta como um conjunto de políticas de democratização de acesso à terra e de acesso às oportunidades de melhoria da qualidade de vida da população rural que se encontra marginalizada dos processos econômico, social, político e cultural do país. A reforma agrária visa a transformar as condições históricas de submissão, dependência e desqualificação a que essa população tem sido submetida em condições efetivas e concretas de cidadania com exercício pleno de direitos e responsabilidades.

No Brasil, a luta pela reforma agrária, nos termos gerais formulados acima, tem uma história de pelo menos 50 anos. No entanto, foi a partir dos movimentos sociais da segunda metade dos anos 1970 que essa luta começou a ter resultados mais significativos, particularmente a partir dos anos 1980 com o surgimento e ampliação do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra.

Criadas por meio de políticas governamentais, as comunidades rurais constituídas nas áreas de reforma agrária são chamadas de "assentamentos rurais" [2] e têm sido definidas como unidades de produção agrícola e visam ao reordenamento do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra, assim como a disponibilização de condições adequadas para a vida, moradia e trabalho no campo por meio de vida social própria.

A agricultura produzida nesses assentamentos tem sido chamada de agricultura familiar ou agricultura camponesa,

2 "O termo 'assentamento' apareceu, pela primeira vez, no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros outros países. De forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando ao reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária." (BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C., 1996: p.7-8).

uma vez que a propriedade ou o uso da terra, assim como o trabalho produtivo, estão vinculados à família. A agricultura familiar contém nela mesma uma diversidade de situações e condições de produção, de maneira que numa mesma comunidade é possível encontrar formas de trabalho familiar bastante diferenciadas entre si[3].

Essa diversidade de situações permite à agricultura familiar ter características importantes: do ponto de vista econômico, segundo vários estudos já realizados, a agricultura familiar tem uma produtividade, por área plantada, e uma absorção de mão de obra maior do que nos grandes estabelecimentos rurais; as pequenas e médias propriedades rurais são responsáveis, na maior parte, pela produção dos mais variados produtos agrícolas, em particular dos produtos agropecuários da cesta básica da população brasileira. A diversidade de iniciativas produtivas da agricultura familiar e a pequena extensão da propriedade, entre outros aspectos, permitem um manejo mais cuidadoso do meio ambiente. Além disso, o incentivo à agricultura familiar permite um resgate da cultura e do saber camponês, desqualificado pelos mecanismos de submissão e dominação a que tem sido submetido. Por consequência, esse incentivo produz efeito: as pessoas podem reorientar o próprio sentido que dão à vida, percebendo-se, então, como sujeitos que, ganhando autonomia, terão dadas as condições de possibilidade de ser responsáveis por suas escolhas e decisões.

Ao se falar em agricultura familiar, se está falando do grupo

3 Por agricultura familiar, tomamos a definição da Lei 11.326/2006 que "considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família".

familiar como um todo (homens e mulheres; pais e filhos; crianças, jovens, adultos e velhos), o que remete a todas as discussões e embates sobre as relações de gênero e de gerações que se dão na sociedade como um todo, e que na agricultura familiar têm suas singularidades.

A complexidade e a heterogeneidade da agricultura familiar se revelam, principalmente, no cotidiano de sua existência, por meio das relações sociais vividas no âmbito das comunidades locais, onde os fatores que aproximam e diferenciam as pessoas entre si indicam a existência entre eles de avaliações e expectativas distintas sobre os limites e possibilidades da agricultura familiar como forma de organizar a vida produtiva e social a partir de um pedaço de terra disponível para viver.

No caso dos assentamentos rurais de reforma agrária, essa complexidade se acentua por vários fatores. O tema da reforma agrária é em si mesmo objeto de disputas acirradas e violentas na sociedade por se contrapor a interesses seculares de grupos que sempre controlaram a ação do Estado. Os assentamentos representam, na maior parte do Brasil, pontos de inflexão numa história de vários séculos. Esse fato produz desdobramentos nas relações entre os assentamentos e a sociedade local, assim como na atuação do próprio Estado, por meio, principalmente, das ações do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que tem a responsabilidade de coordenar a implementação de políticas do governo federal que deem sustentação ao desenvolvimento dos assentamentos. A reforma agrária é um campo de disputa política entre interesses econômicos e concepções divergentes de vida social e isso se desdobra nas relações dos assentados entre si, no interior de suas comunidades, e com os agentes sociais externos com quem interagem.

Além disso, para a grande maioria das famílias assentadas,

o início da vida nos assentamentos coloca uma diversidade de novos desafios. É preciso reconstruir a vida a partir de novos parâmetros e novas expectativas, numa situação, de início, de grande instabilidade, até pela morosidade do Estado em implantar as condições físicas mínimas para a reconstrução da vida familiar e comunitária, como a construção de casas e a demarcação e parcelamento da terra.

Portanto, as redes de relações sociais que constituem os assentamentos englobam atores sociais distintos: famílias assentadas com histórias de vida diferenciadas entre si; funcionários do Incra e de outros órgãos públicos com perspectivas distintas sobre o trabalho que fazem nos assentamentos; membros de grupos locais que disputam o poder público no município; militantes de movimentos sociais, da Igreja e de ONGs com projetos diferenciados para os assentamentos. É essa complexa rede social entre atores com origens, projetos e perspectivas distintas que constitui os assentamentos como um campo de luta entre possibilidades sociais diferenciadas.

Essas possibilidades simbolizam sentidos distintos sobre o que se espera que seja o desenvolvimento dos assentamentos: reproduzir ou transformar práticas instituídas historicamente.

Diante da complexidade dessa situação, pode-se citar o trabalho de extensão universitária da Universidade Federal da Paraíba, em parcerias localizadas com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra da Igreja Católica da Paraíba (CPT) e com o Incra, o qual tinha como objetivo acompanhar as famílias assentadas na análise crítica do contexto em que viviam de tal forma que elas pudessem, de forma independente, exercitar possibilidades de autonomia em suas decisões relacionadas à vida produtiva e social nos assentamentos.

Esse objetivo era sempre combinado com as pessoas que

participavam do trabalho, fossem oriundas da universidade, dos movimentos sociais, de ONGs ou do Estado. A adesão a esse objetivo era condição para que as parcerias se viabilizassem em projetos concretos de trabalho.

A tentativa do trabalho era exercitar, com os assentados, possibilidades de autonomia e emancipação diante de práticas que tendiam a reproduzir a dependência e a submissão frente ao Estado ou a qualquer outro grupo organizado, inclusive aos próprios movimentos sociais, e que pudessem vir a cercear o exercício da capacidade criativa, de tomar decisões e de assumir responsabilidades por parte das famílias assentadas, individualmente ou coletivamente, no interior de cada assentamento.

As práticas de autonomia e emancipação foram consideradas aquelas em que os assentados exercitavam a capacidade de análise e decisão própria sobre aspectos da vida produtiva e organizativa dos assentamentos e assumiam, de forma deliberada e pública, a responsabilidade de encaminhar ações concretas de acordo com suas análises e decisões. No entanto, em função da heterogeneidade e diferenças existentes entre os assentados e os agentes sociais externos com quem interagiam, pelo campo de luta que a reforma agrária representa na vida social brasileira, o exercício dessa capacidade, na maioria dos casos, não produzia consensos, mas confrontos entre análises, propostas, práticas e projetos distintos.

A partir dessa experiência foi possível fazer algumas constatações. Foi possível perceber que as práticas de autonomia e emancipação não escamoteiam as diferenças e os conflitos, mas os colocam como oportunidade dos assentados aprofundarem suas análises sobre o que querem construir nos assentamentos e, diante do que se apresenta como diferente, assumir publicamente a responsabilidade por suas escolhas e decisões.

Diante da multiplicidade de formulações instáveis, provisórias

e divergentes, a heterogeneidade existente nos assentamentos se expressa em práticas, concepções e expectativas que se diferenciam entre si e que disputam possibilidades de se viabilizar. Nesse contexto, as tentativas de se criar práticas que caminhem na direção da autonomia e emancipação dos assentados não têm condições de serem consideradas experiências consolidadas, por isso foram chamadas de **exercícios** de autonomia e emancipação.

O uso da palavra **exercício** pretendia indicar que essas práticas eram tentativas de experimentar o confronto político entre propostas divergentes sobre a vida produtiva e organizativa nos assentamentos de forma participativa, democrática e pública como dispositivo de se contrapor às práticas que tendem a reproduzir a submissão e dependência dos assentados perante o Estado e outros agentes externos com quem interagem, quando esses agentes utilizam mecanismos clássicos de controle, manipulação, centralização de informações e decisões. Esses exercícios se apresentaram como experimentação de possibilidades distintas de vida produtiva e de organização social, de tal forma que os assentados e suas famílias pudessem exercer a capacidade criativa de proposição, de realização e de avaliação crítica dos resultados obtidos. A experimentação de novas possibilidades de vida produtiva, organizativa e de gestão propostas pelos próprios assentados se sustentava no exercício da capacidade criativa deles em confronto com as práticas e concepções que desqualificavam e não acreditavam em sua competência.

Para que isso se viabilizasse, a fala dos assentados era fundamental, ou seja, o que se procurava fazer era criar situações e condições para que os assentados pudessem falar sobre temas de interesse individual, familiar ou coletivo. Os espaços de fala dos assentados ocorriam tanto nas reuniões gerais do assentamento,

organizadas pela respectiva associação[4], como nas reuniões de pequenos grupos chamados de “grupos de interesse”, mas, sobretudo, nos contatos individualizados com as famílias ou com cada assentado que ocorriam em visitas que realizávamos em suas casas ou roçados.

Esse trabalho de escuta se mostrou importante para o incentivo à participação dos assentados nos espaços mais coletivos em que têm de expressar suas opiniões e tomar decisões. Ao elaborar e testar suas ideias por meio do contato conosco e com pessoas de fora da comunidade com quem iam construindo uma relação de confiança, os assentados acabavam criando condições pessoais de expressá-las para o coletivo do assentamento. Vencer a dificuldade de se expressar publicamente foi avaliado, por muitos assentados, como uma conquista.

Esse tipo de conquista aconteceu com homens, mas principalmente com mulheres e jovens. Para pessoas acostumadas a silenciar suas opiniões, ideias, discordâncias, preocupações e expectativas, essa conquista não foi pouca coisa. E, não só do ponto de vista individual, mas, em várias situações, opiniões expressas por uma (um) assentado (a) nos contatos individualizados, quando expressas por ela (e) nos espaços coletivos ganhavam adesão de várias outras pessoas e passavam a ser consideradas pelo grupo como produção coletiva, mesmo que a autoria da ideia fosse nomeadamente reconhecida. Fatos como esses acabavam incentivando outros assentadas (os), pouco acostumados a se expressar nos espaços públicos, a falar.

Evidentemente que, ao criar condições para que número maior de pessoas possa se expressar, esse procedimento cria, como consequência, as condições para que número maior de

4 Cada assentamento tem uma associação, cuja diretoria eleita pelos assentados representa formalmente o assentamento no Incra e em outros órgãos públicos.

discordâncias e disputas por projetos distintos de vida social e produtiva ocorra, ampliando o campo de disputa no interior dos assentamentos. No entanto, esses conflitos se davam em espaços públicos, com possibilidades de ser racionalmente debatidos, com os assentados exercitando a responsabilidade de emitir e assumir publicamente suas opiniões.

Dessa forma, exercitava-se uma possibilidade diferente da costumeira dissimulação, por meio da qual as discordâncias, não expressas publicamente e não debatidas, corroem as decisões coletivas, mediante mecanismos usuais de resistência: silenciar para não se comprometer e, de forma sub-reptícia, não aderir às decisões coletivas com que não concorda.

A diversificação de espaços para os contatos individualizados ou coletivos com os assentados permitiu verificar que cada um desses lugares escolhidos não é neutro, pois cada um deles está marcado por formas de convivência onde determinadas relações de poder se exercitam. Assim, a escola, a capela, a casa de farinha, o lugar coletivo de as mulheres lavarem roupa, o campo de futebol, a sala da casa, a cozinha são lugares onde relações de poder usuais se expressam, configurando, em cada um deles, quem fala o quê.

Por esse motivo, o trabalho tentava se viabilizar numa multiplicidade de espaços de forma a garantir contato com as mais diversas situações, nas quais as pessoas que falavam e os assuntos conversados fossem também diversos, conforme cada um desses espaços.

Esse tipo de prática contribuiu para que se desse atenção para detalhes da vida cotidiana dos assentados. Estar atentos a detalhes permitiu, também, valorizar falas pontuais, iniciativas isoladas e tímidas na área da produção e da organização.

Muitas vezes, o que é considerado detalhe sem importância diz respeito ao que não é hegemônico em determinado grupo ou

comunidade. Ignorar essas particularidades pode contribuir para a manutenção dessa hegemonia, ou seja, ao contribuir para o silêncio daquilo que é tido como minúcia, desqualificando-o, mantém-se determinada relação de poder. Ignorar os detalhes pode contribuir para a ausência da análise e do pensamento crítico.

O objetivo de exercitar, com os assentados, possibilidades de autonomia em suas decisões sobre como organizar a vida produtiva e social esbarrava na forma como muitas associações dos assentamentos administram os recursos físicos e financeiros destinados ao uso coletivo da comunidade.

A resistência que algumas diretorias de associações desenvolvem a respeito da prestação pública de suas contas e do uso que fazem dos recursos financeiros que administram, reflete o tipo de concepção que a estrutura organizativa de todas essas instituições induz. A organização das associações, segundo uma estrutura hierarquizada de cargos e funções, reforça a concepção presidencialista e centralizadora de informações e decisões.

Esse tipo de organização é exigido pelo Estado como forma de legalizar o acesso dos assentados às políticas públicas da reforma agrária e como mecanismo de facilitar a relação dos órgãos públicos com os assentamentos. Como as diretorias dessas associações são eleitas pelos assentados, prevalece a concepção de que, por esse fato, elas são representações legítimas deles.

No entanto, o que a prática constata é que essas diretorias, pela heterogeneidade existente nos assentamentos, representam sempre apenas uma parcela das expectativas e visões sobre a vida social em cada comunidade. O problema é que a forma hierarquizada de organização das associações se sustenta na ideia de que quem é eleito está legitimado para decidir pelos demais, conforme suas convicções e da avaliação unilateral que

faz do que seria o interesse coletivo em cada situação. Essa ideia justifica uma administração centralizada e personalizada na figura do presidente da associação. Ela reproduz o senso comum, construído historicamente, sobre a chamada "democracia representativa", que induz a acomodação dos representados quando estes colocam a responsabilidade do que consideram acerto e erro, exclusivamente, no caso dos assentamentos, sobre o presidente da associação e "sua" diretoria.

Além disso, as associações como mecanismo formal de representação dos assentamentos, em alguns casos, excluem parcelas importantes das comunidades, como as mulheres e os jovens, que não são "chefes de família", das decisões mais importantes, seja por estarem excluídos formalmente pelos estatutos da associação, seja pelo fato de se considerar desnecessárias suas participações, uma vez que estavam representados por seus respectivos maridos ou pais.

Para as práticas que pretendem contribuir para uma participação responsável do conjunto dos assentados no planejamento, implementação e avaliação de um processo de desenvolvimento dos assentamentos, as associações, pela forma hierarquizada de organização e a consequente centralização de decisões, se tornam, no mínimo, inadequadas a essa pretensão.

Como tentativa de ultrapassar os limites que as associações representam para o exercício de participação democrática dos assentados na implementação de alternativas de organização da vida produtiva e social, foi incentivada e apoiada a criação de "grupos de interesse" nos assentamentos.

Esses grupos possibilitaram que as propostas não hegemônicas do assentamento, principalmente sobre o que e como produzir, pudessem se viabilizar como experimentações a serem avaliadas em seus resultados e permitiram a participação direta dos

interessados, os quais passavam a assumir a responsabilidade pela avaliação desses resultados ante o conjunto do assentamento.

Dessa forma, as divergências entre os assentados tinham possibilidades de fluir: em vez de criar conflitos que paralisavam a capacidade de iniciativa dos assentados, passaram a ter possibilidades de se expressar como experimentação a ser avaliada. No lugar das frustrações e ressentimentos dos que têm suas propostas e expectativas não aceitas ou boicotadas pelas diretorias das associações ou que não ganham adesão da maioria dos assentados, os grupos de interesse procuravam produzir condições de viabilização dessas propostas, criando para seus participantes o sentimento de responsabilidade por assumir publicamente suas iniciativas e colocá-las em funcionamento.

Os grupos de interesse desenvolveram atividades tanto em relação à introdução de novas culturas agrícolas, criação de animais, atividades de agregar valor à produção agropecuária, formas de organizar a produção e comercialização, quanto relacionadas às formas de organização social das moradias, do lazer e esporte, da educação e saúde. Possibilitaram também expandir a interlocução com entidades públicas e privadas para busca de apoio técnico e financiamento para as mais variadas atividades.

Os grupos de interesse possibilitaram mecanismos concretos de envolvimento e participação de mulheres e jovens em muitas de suas iniciativas. Ou seja, possibilitaram mecanismos concretos de participação direta e assumida publicamente da grande maioria dos assentados no debate, planejamento, implantação e avaliação de iniciativas produtivas e de organização da vida social nos assentamentos.

Mais do que isso, possibilitaram que a heterogeneidade dos assentamentos e as divergências entre os assentados pudessem criar um campo amplo e diversificado de experimentação

produtiva. Transformaram conflitos e disputas políticas pela hegemonia de projetos particulares em experimentações que tinham os seus significados analisados e avaliados a partir de seus resultados práticos.

Os grupos de interesse, onde se organizaram, pela participação direta de seus membros, possibilitaram o exercício da capacidade criativa dos assentados, portanto, o exercício concreto de autonomia e de emancipação. Permitiram a experimentação de práticas distintas e diferenciadas entre si sobre vários aspectos da vida produtiva e social dos assentados, tais como: tipo de lavoura a ser plantada ou que tipo de criação produzir; tipo de tecnologia a ser adotada; formas de organização do trabalho produtivo, particularmente a relação entre trabalho individual e trabalho coletivo; formas de pagar as dívidas bancárias contraídas por meio das políticas públicas destinadas aos assentamentos; mecanismos de comercialização, particularmente como lidar com os atravessadores; construção das moradias na forma de agrovilas ou no parcelamento de terra para cada família; formas de gestão dos recursos coletivos do assentamento.

As experimentações de práticas diferenciadas entre os assentados são definidas, principalmente, tanto pela avaliação que fazem sobre o que já têm vivido no passado, pelo sentido que esboçam sobre a condição de assentado e que orienta suas expectativas sobre o futuro, assim como pela avaliação que fazem sobre o contexto vivenciado no presente.

A produção de espaços democráticos de expressão e debate das mais variadas concepções e expectativas é condição necessária para que os campos de disputa que emergem de processos de mudança do que está dado historicamente possa transformar a tensão dos conflitos em energia produtora de experimentação e avaliação de alternativas. Os espaços democráticos são

condição necessária para que os enfrentamentos possam fluir, seja no âmbito interno dos grupos e comunidades que se dispõem a serem sujeitos sociais desses processos, seja nas relações que estabelecem com os demais grupos e instituições com quem interagem.

Qualquer tipo de impedimento, limite ou desleixo com a construção desses espaços democráticos contribui para a reprodução da dependência, submissão e desqualificação desses atores, ou seja, contribui para o que estava instituído historicamente continue se reproduzindo. Nesse caso, os pontos de inflexão que esses exercícios emancipatórios poderiam produzir nessa história se esgotam como possibilidade não realizada.

Por terem de enfrentar os mais variados tipos de desafios e de dificuldades que lhes são impostos pelo Estado e pelos grupos contrários à reforma agrária, pela história de dominação e violência a que sempre estiveram submetidos, prevalecem entre muitos assentados os sentimentos de insegurança e de provisoriedade em relação ao que já conquistaram e ao que podem vir a conquistar.

Nessas condições, as pessoas se sentem fragilizadas e a sensibilidade delas fica à flor da pele, à flor da terra. Lidar com essa situação exige a delicadeza de quem trabalha com uma promissora, mas ainda tenra planta que começa a brotar. Qualquer golpe mais rude pode abortar a possibilidade de uma nova vida.

Em oposição aos desrespeitos e humilhações que essas pessoas enfrentam durante toda a vida e continuam enfrentando enquanto trabalhadores sem-terra, “pequenos” agricultores, camponeses, é que se coloca o respeito às suas formulações como condição primeira para que se possa, a partir disso, colocar essas propostas em discussão.

A garantia desse respeito é a condição para que os assentados se disponham a se expor, a dizer suas opiniões e formular propostas. Na condição de fragilidade em que se encontram, para muitos deles, qualquer sinal de desrespeito é suficiente para o silêncio.

Para uma cultura como a camponesa, em contextos que a desqualificam, vale lembrar que o sentido original da palavra cultura significa cuidar, zelar para o crescimento, ou seja, cultivar.

Afinal, os assentados, ou a maioria deles, sonham em tornar a terra em que moram, trabalham e vivem, em terra fecunda. Fecundidade é dar a vida. Conforme Larrosa (2004): “Não é a fecundidade uma modalidade do ‘dar’? Fecundidade: dar a vida, dar o tempo, dar a palavra”.

Para que os assentamentos se tornem fecundos é preciso que seja dada a palavra aos próprios assentados. Dar a palavra é exercitar a possibilidade para que “uma palavra seja capaz de outra palavra que não a sua”, um tipo de vida seja capaz de gerar outra vida, um tempo seja capaz de outro tempo.

A fecundidade se desdobra como possibilidade do exercício de dar a vida, de dar a palavra, de dar autonomia. A fecundidade da autonomia é a emancipação ante a submissão e a dependência.

No caso dos assentamentos de reforma agrária no Brasil, para as famílias que os constituem, buscar a autonomia e a emancipação é buscar tornar a terra fecunda como fonte de vida. De uma vida que ainda não se viveu, ou se viveu de forma precária, de gerar novos destinos, novas aventuras, ou seja, de gerar novas possibilidades e riscos, de dar novos sentidos à vida.

Alguns Pontos Possíveis de Contribuição da Psicologia na Assistência Técnica à Agricultura Familiar Camponesa

A seguir serão elencados alguns pontos, que, a partir da experiência prática, necessitam de abordagem psicológica, a qual

contribuirá para alargar o debate sobre o significado deles como processos de produção de subjetividades. Como consequência, esse debate poderá ampliar a orientação e a avaliação do desenvolvimento de práticas que tenham como desafio o exercício de autonomia e emancipação de comunidades e grupos camponeses em relação à dependência e a desqualificação a que estão usualmente submetidos.

1. O mundo rural:

1.1. Qual o sentido dos "povos da terra" tornarem-se protagonistas importantes na sociedade brasileira contemporânea?
1.2. Trabalhador rural, homem do campo, pequeno agricultor, agricultor familiar, camponês: processos identitários distintos?
1.3. Como se apresenta hoje a relação urbano/rural no Brasil e qual seu desdobramento nos assentamentos de reforma agrária?
1.4. Qual a razão de ser do confronto entre agricultura familiar camponesa e o agronegócio?
1.5. O movimento da agroecologia: do que se trata?

2. Agricultura Familiar Camponesa:

2.1. *Do que se trata*: sua importância econômica, social, política, cultural e ecológica.
2.2. A *família* como centralidade produtiva e de organização social.
2.2.1. A participação feminina: a possibilidade de uma nova leitura sobre o trabalho, a família, a comunidade e o rural?

2.2.2. A participação diferenciada da mulher nos processos de luta pela terra nos acampamentos e nos assentamentos: desafios de gênero?

2.2.3. O envolvimento dos jovens: a necessidade de se pensar um projeto social para o futuro, em que a agricultura familiar ganhe relevância; a questão vocacional; práticas de formação profissional e a educação formal; a juventude, a comunidade e a vida no campo; o lazer; a juventude e a relação urbano/rural.

2.2.4. A criança, a família e a comunidade no mundo rural: a educação infantil no contexto da agricultura familiar exigiria uma nova pedagogia? Seria necessária uma nova Psicologia do desenvolvimento? A questão do trabalho infantil no contexto da agricultura familiar; a participação infantil e a vida social.

2.2.5. A participação da (o) idosa (o): um exercício a ser retomado e resgatado?

2.3. A a*tividade produtiva*:

2.3.1. O que e como produzir: uma decisão que incorpora elementos para além da racionalidade econômica; sentidos diferentes sobre o trabalho; os desafios do planejamento da vida produtiva familiar e comunitária; trabalho individual e trabalho coletivo.

2.3.2. A assistência técnica: a relação técnica(o) e agricultor(a) familiar; a relação saber e poder; critérios de avaliação das práticas de assistência técnica; as(os) técnicas(os) entre a expectativa e a racionalidade de quem contrata a assistência técnica em confronto com a expectativa e a racionalidade das(os) agricultoras(es) familiares; a formação das(os) técnicas(os); o trabalho em equipes

interdisciplinares; as(os) técnicas(os) e os movimentos sociais no campo.

2.4. Experiências organizativas:

2.4.1. As associações rurais: a questão da interlocução com o Estado e com outras instâncias da sociedade; formas organizativas hierarquizadas e presidencialistas; relações de poder; representatividade; outros exercícios organizativos.

2.4.2. Movimentos sociais: relação base e direção dos movimentos; as divergências internas nas comunidades e com os movimentos.

2.4.3. A união interna nas comunidades: processos de homogeneização e de diferenciação; a produção de identidades coletivas e os diferentes sentidos dados à vida e à luta social.

2.4.4. A postura reivindicatória e a postura propositiva: exigências organizativas distintas?

2.4.5. Agrovilas: o debate sobre a organização da moradia, o qual, por sua vez, reflete o debate sobre os diferentes sentidos dados à vida social, econômica, política e cultural existentes nas áreas de assentamento de reforma agrária.

2.5. As questões de ***saúde***:

2.5.1. A relação saber popular e saber técnico na área de saúde: riscos e possibilidades.

2.5.2. Saúde mental e as questões de gênero, gerações, traumas das violências sofridas durante o processo de luta pela terra, divergências familiares e comunitárias, condições e ritmos de trabalho, contaminação por produtos químicos, alcoolismo, uso de drogas e as expectativas e frustrações.

2.6. As questões da ***educação formal***:

2.6.1. A relação da escola com a vida social, organizativa, produtiva e familiar nos assentamentos.

2.6.2. A escola e as expectativas das crianças e dos jovens sobre a vida no campo, a relação com a cidade, o futuro profissional.





EIXO 2: PSICOLOGIA E O CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELATIVAS ÀS QUESTÕES DA TERRA

A Relação entre a Psicologia e as Questões da Terra: Reflexões Iniciais

A história do Brasil é marcada pela opressão de indígenas e negros, os quais constituíram as primeiras levas de trabalhadores explorados. Aliás, o extermínio desses dois grandes grupos populacionais, além da expropriação das riquezas, caracterizou a colonização brasileira (RIBEIRO, 1997).

Para que haja implicação da Psicologia nesse campo de trabalho, é necessário o reconhecimento da legitimidade da luta dos trabalhadores rurais, bem como uma avaliação histórica sobre a origem da desigualdade social no Brasil. Segundo Antônio Canuto, secretário da Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a violência contra os trabalhadores do campo brasileiro faz parte da própria história e da estrutura agrária brasileira. Não é possível separar concentração de terras de violência.

> A violência empregada pelos proprietários da terra é considerada como uma reação justa e necessária para garantir o sagrado direito à propriedade. A modernização da agricultura, com aumento da produtividade, simplesmente travestiu o latifúndio com o nome de agronegócio, mas não alterou em nada a estrutura agrária brasileira, nem diminuiu a violência no campo. Antes a fez aumentar. Nos estados onde o agronegócio cresce com mais violência, os índices de violência aumentam, sobretudo, se relacionar esta violência com a população rural de cada estado (CANUTO, 2006, p. 24).

Nosso objetivo é refletir como a Psicologia na qualidade de Ciência e Profissão tem se relacionado com os povos do

campo e com as questões da terra. Para isso, retomamos parte da história da Psicologia, marcada por uma posição conservadora e discriminatória em relação ao rural e aos povos do campo. Mapeamos uma parcela significativa das produções contemporâneas a fim de facilitar o acesso a esses documentos e apontamos para os campos da Psicologia Social que oferecem ferramentas para atuação em comunidades marginalizadas na busca por emancipação política e transformação social.

Psicologia e as Questões da Terra. Do que se trata?

Quando o Conselho Federal de Psicologia (CFP), em conjunto com os movimentos sociais de luta pela terra, definem tratar da *Psicologia e as questões da terra* e da *Subjetividade* e a g*ente da terra*, isso significa um olhar específico para a desigualdade social traçada historicamente no contexto da luta pela terra. (CFP, 2004; 2006).

O termo *rural* associou-se, por um lado, aos grandes latifúndios, ao poder oligárquico e, atualmente, associa-se ao agronegócio, e, por outro lado, representa o "jeca tatu" signo da pobreza, iletramento, tutela, atraso. Uma visão reprodutora de estigmas e ideologia mantenedoras do *status quo*. A educação rural tradicional, por exemplo, reproduz historicamente a lógica da dominação do latifúndio e o preconceito contra as classes trabalhadoras rurais (MARTINS; AUGUSTO; ROCHA, 2010).

Temos de falar ainda sobre as questões dos trabalhadores rurais submetidos à lógica do agronegócio que possuem péssimas condições de trabalho, marcadas por precarização, baixos salários, e condições de vida agravantes e sem garantia de direitos, chegando até mesmo a um quadro de escravidão, situações que, por tão comuns, têm sido expostas na grande mídia. Além do mais, é constatado adoecimento mental agravado pelo uso de agrotóxicos,

que ocasionam transtornos mentais menores e graves, além de distúrbios psicológicos, tais como depressão e suicídio, configurando mais um aspecto que confirma a urgência da atenção de nossa ciência e profissão (ARAÚJO & GREGGIO, 2008).

Portanto, os termos terra ou campo marcam outro cenário de possibilidades: o das lutas efetivas dos movimentos sociais por outra realidade para o território nacional, pensada e problematizada por eles mesmos.

Para os profissionais psi, não se trata de renunciar ao termo rural, mesmo porque o rural marca um campo histórico de estudos e pesquisas na Sociologia e Antropologia e outras ciências, e mesmo que incipiente, na Psicologia o termo se apresenta como opção privilegiada de busca em pesquisas bibliográficas, sendo, portanto, difícil abdicá-lo. Por outro lado, a discussão passa pela necessidade de transformá-lo conceitualmente, em razão de ser um termo "multifacetado" com espaço para novas configurações e pela possibilidade de produzir atribuições diversas de sentidos para a "condição rural", ou para as "ruralidades". Porém, é importante reconhecer essa história de estigmatização para assim produzir novas significações sobre o rural, que devem ser, a nosso ver, assentadas em práticas e políticas sociais concretas.

As Questões da Terra, um Novo Tema para a Psicologia?

O número de produções sobre a temática continua reduzido quando comparadas às pesquisas sobre a realidade urbana. Podemos nos perguntar o que isso significa?

Pensar a Psicologia como produção histórica de nossa sociedade significa problematizá-la em sua dimensão de historicidade. Refletir como a Psicologia tem se relacionado com as questões da terra significa retomar a formação de nossa sociedade. Essa dimensão foi desprezada pela nossa ciência e

o seu resgate representa a possibilidade de incluir agrupamentos humanos até então desconsiderados, desqualificados e invisibilizados, tal como é o caso dos povos do campo e dos problemas relacionados a toda territorialidade brasileira.

Historicidade como categoria analítica central significa a compreensão segundo a qual "os atos e os acontecimentos sociais e pessoais são produtos da ação dos homens entre si no mundo; são simbolizados e possuem significados construídos nesse processo de existência" (KAHHALE; ROSA, 2009, p. 35).

Segundo Antunes:

> É preciso, pois, que tenhamos uma compreensão mais ampla da Psicologia e de sua relação com a sociedade; nesse quadro, o conhecimento da História da Psicologia torna-se particularmente importante. A compreensão do processo de construção histórica de uma área de conhecimento é tão imprescindível quanto o conteúdo de suas teorias e o domínio de suas técnicas que, tomados atemporalmente, são meros fragmentos de uma totalidade que não se consegue efetivamente apreender. (2007, p. 9)

Desde o início da colonização, instaurou-se por aqui uma contradição própria do movimento histórico que envolveu, de diferentes formas, todas as formações humanas aqui presentes: indígenas, europeus e negros africanos. Todo esse confronto gerou inúmeras produções psicológicas, que, no entanto, têm sido pouco consideradas nos estudos da Psicologia oficial. Antunes (1998; 2007), ao dar continuidade a esse debate, nos apresenta o confronto de ideias e posicionamentos que, segundo ela, refletem por um lado a dependência do

pensamento em relação ao processo de colonização, e, por outro, demonstram originalidade e autonomia que foram alvo de perseguições.

De acordo com Bock (2003), a Psicologia tem no Brasil uma longa história de preconceitos contra a classe trabalhadora.

Durante o século XX, a Psicologia e a Psiquiatria oficiais, reproduziram uma visão eugênica no tratamento dos povos, o que repercutiu diretamente numa produção ideológica a respeito dos movimentos sociais de luta pela terra.

O movimento higienista surgiu como resposta científica aos problemas sociais decorrentes da colonização e que eclodiram no período da instauração da República no Brasil. "Transformações da mão de obra escrava em livre, da produção agrária em industrial e da vida rural em urbana, faziam o antigo estado colonial remanescente render-se às relações capitalistas, deflagrando novas situações e desigualdades sociais" (MAI, 2003, p. 47). A compreensão higienista, sob o ponto de vista médico, atribuía à causalidade dos problemas sociais à questão hereditária e, amalgamada na ideia eugênica da existência de raças inferiores e superiores, chegava a propor o branqueamento do povo como solução para o progresso da nação. A teoria da degenerescência social significava a concepção segundo a qual a miscigenação degenerava as raças e provocava loucura. Assim, movimentos sociais rurais perderam a razão política ao serem considerados como bandos de degenerados, tal como foi o caso de Canudos.

Nesse contexto, a Psicologia foi chamada para responder a questão dos desajustados sociais e explicar os motivos pelos quais os sujeitos não se adaptavam. Segundo historiadores, é nesse cenário que a Psicologia se autonomiza, no movimento de higiene social.

A Proposta de uma Virada: Uma Psicologia Social para a América Latina

Podemos dizer que o marco de uma compreensão historicizada e de uma postura mais crítica e autônoma por parte da Psicologia em relação aos povos do campo se dá a partir do encontro da Psicologia Social Comunitária e da Educação Popular com os Movimentos Sociais de Luta pela Terra e quando se estabelece a necessidade de um diálogo interdisciplinar para essa atuação. Esse encontro inicia-se na década de 1960, com a criação das Ligas Camponesas, o fortalecimento do debate sobre a Reforma Agrária e o trabalho de alfabetização de Paulo Freire, mas logo é interrompido pelo Golpe Militar de 1964[5].

Portanto, a aproximação da Psicologia com as questões da terra e dos povos do campo acompanha a tensão histórica traduzida pelos movimentos sociais. Em conjunto com outros profissionais e setores progressistas da sociedade, a Psicologia começa a atuar na educação popular e nos processos de conscientização da população. Esse trabalho interdisciplinar era marcado pela participação comunitária na produção do conhecimento. Assim, Freitas (1998) escreve que, a partir da década de 60, a Psicologia se torna mais próxima da população e "mais comprometida com a vida dos setores menos privilegiados, na busca de uma "deselitização da profissão, e as práticas vão ganhando uma significação política de mobilização e transformação sociais". (FREITAS, 1998, p. 60)

De acordo com a autora, os trabalhos eram realizados via Universidade, e atuavam tanto nas periferias urbanas quanto nas áreas rurais. Portanto, aqui encontramos as referências iniciais do

5 Cabra Marcado pra Morrer (COUTINHO, 1964-1984), um clássico do cinema nacional, revela parte desse processo e mostra a formação de subjetividade entre trabalhadores rurais em luta e o impacto da força do Estado repressor com utilização de torturas, assassinatos e terrorismo.

trabalho comprometido de nossa profissão com a questão da terra, que vão sendo fortalecidos ao longo dos anos 1970, 1980 e 1990.

> Vários profissionais liberais, entre eles intelectuais de diferentes áreas de conhecimento, incorporaram-se aos setores populares, no exercício de funções e de trabalhos que pudessem levar alguma contribuição ao movimento popular que, timidamente, se organizava. Esta participação [...] colaborou para o surgimento de trabalhos e de publicações que analisam as formas de organização dos setores populares. (FREITAS, 1998, p. 63-64)

Nesse debate, o termo comunidade abarca tanto o urbano quanto o rural como lugares de problematização da desigualdade social e de intervenção da Psicologia comunitária. A partir dessa perspectiva, alguns trabalhos foram publicados: Sass (1983) e Chitarra (1987).

A partir dos anos 1980 e 1990, a produção da Psicologia começa a se diversificar, acompanhando os movimentos sociais de luta pela terra. As primeiras pesquisas sobre a questão indígena são realizadas. Em 1988, é produzida a primeira dissertação de mestrado a respeito do MST. Conquistas importantes que não podem ser desconsideradas.

Para compreender melhor o conteúdo dessas produções é importante consultar duas pesquisas bibliográficas importantes a esse respeito: Vitale e Grubits (2009), que trata da **Psicologia e a questão indígena** e Domingues (2007), que trata da **Psicologia e o MST**.

A atuação e pesquisas da Psicologia parecem acompanhar a força e o movimento da sociedade, traduzidas no desenvolvimento dos movimentos sociais.

> Frente a uma já antiga história brasileira de lutas e conflitos no campo, problematizada e estudada há tempos por cientistas sociais diversos, por que somente agora a Psicologia vem discutir a questão, de forma ampla?
>
> Acredito que uma das respostas a essa pergunta passa pela sua inversão. Provavelmente, é o movimento da questão social da terra – que é tão vivo em nossa sociedade e por isso retorna sobre sua própria história, visando a construir a história do presente - que questiona e incita a Psicologia, antes ausente, a participar e contribuir na discussão. (LOPES, 2007, p.585)

No entanto, Lopes (2003) alerta sobre o cuidado de uma ciência como a Psicologia ir ao encontro das questões da terra, um cuidado com o olhar teórico, sobretudo a necessidade de compreensão histórica e dialética, para que a(o) psicóloga(o), ao analisar a luta pela terra, não acabe por mistificar os militantes e construir especulações a partir de categorizações ou abstrações da ciência psicológica que não são adequadas para esse contexto. Nas palavras do autor:

> [...] a Psicologia e os psicólogos devem assumir uma posição crítica de desvendar as mediações encobertas nos conflitos que marcam a questão social da terra e suas 'configurações sociais e institucionais para, a partir daí, buscar as suas lógicas' (NOBRE, 2003, p. 17).
>
> Esse exercício pode permitir que a Psicologia esclareça alguns processos da reconstrução das relações intersubjetivas orientadas pelas racionalidades dos sujeitos envolvidos nas lutas sociais pela terra. Com isso,

> talvez, a própria Psicologia consiga reconhecimento neste campo de lutas em que é chamada a contribuir. (LOPES, 2007, p. 591)

Para discutir os desafios e possibilidades da Psicologia nas questões da terra, retomamos o trabalho de Freitas (2001), que deixa clara a necessidade histórica da Psicologia se voltar para o debate da Reforma Agrária e atender aos movimentos sociais de luta pela terra a partir de seu arcabouço teórico-metodológico. Nessa pesquisa, ela busca responder "o que fazer para a construção e/ou fortalecimento de comunidades rurais"; "como a Psicologia Social Comunitária poderia contribuir para isso" e "por que reunir esforços para isto no atual momento histórico" (p. 211).

A autora retoma o percurso da Psicologia Social Comunitária e cita referências fundamentais, tais como Martín-Baró, Maritza Montero, Lane e Sawaia na Psicologia; Orlando Fals Borda e a metodologia da Investigação-Ação Participante; Paulo Freire e a proposta de alfabetização conscientizadora. Estaria, nessas bases, a possibilidade de um fazer crítico, historicizado, não naturalizante das relações sociais. O "domínio e conhecimento de categorias conceituais da Psicologia Social e da Psicologia Política de bases marxistas e históricas" (FREITAS, 2001, p. 220): classe, ideologia, alienação, consciência, a dialética do singular, particular, universal seriam os pilares constitutivos dessa prática, além do emprego de recursos metodológicos advindos da pesquisa participante e o compromisso com um projeto de transformação social, e a interdependência entre as esferas micro e macrossociais.

Portanto, retomamos as propostas de construção de uma ciência que responda às necessidades coletivas concretas, e não ao "fetiche" academicista, formuladas no bojo dos movimentos sociais de contestação das políticas neocolonizadoras impostas ao

terceiro mundo. Durante as décadas de 1960 e 1970, os movimentos sociais contestatórios e guerrilheiros na América Latina, África, etc. criam condições de difusão de ações sociais emancipatórias e de educação popular. Inspirados nesses movimentos, Frantz Fanon (2010), Paulo Freire (1975) e Fals Borda produzem reflexões e modos de ação que confrontam os postulados científicos tradicionais. Surge assim, a pesquisa participante, à margem da Universidade, relacionada diretamente à educação popular militante e as causas populares. É importante destacar que a questão agrária, camponesa e dos diferentes povos do campo são fundamentais para configuração dessas intervenções.

Inspirado em Fals Borda, em Paulo Freire e na Teologia da Libertação, Martín Baró cria uma Psicologia Libertadora construída a partir da revisão crítica dos fundamentos da Psicologia, que segundo o autor servem para a manutenção da ordem estabelecida, para apaziguar as contradições sociais e remediar os "traumatizados" das guerras civis e psicológicas estabelecidas na América Latina (MARTÍN-BARÓ, 2000).

Assim, ele elabora uma Psicologia que se compromete com a gênese dos acontecimentos, as raízes das situações sociais patogênicas e compreende os fenômenos psíquicos em suas determinações históricas. Para Martín-Baró, o trabalho da Psicologia latino-americana deve centrar-se em três tarefas teórico-práticas: "recuperação da memória histórica, a desideologização do senso comum e da experiência cotidiana e a (potencialização) das virtudes populares" (MARTÍN-BARÓ, 2009, p. 194). O conceito de memória histórica significa: "descobrir seletivamente, mediante a memória coletiva, elementos do passado que foram eficazes para defender os interesses das classes exploradas e que voltam a ser úteis para os objetivos de luta e conscientização" (FALS BORBA, 1985, p. 139).

> Trata-se de recuperar não somente o sentido da própria identidade, não somente o orgulho de **pertencer a um povo**, assim como de contar com uma **tradição e uma cultura,** mas, sobretudo, de resgatar aqueles aspectos que serviram ontem e servirão hoje para a **libertação**. Por isso, a recuperação de uma memória histórica supõe a **reconstrução de certos modelos de identificação que, ao invés de encadear e alienar os povos, lhes abrirão o horizonte para a sua libertação e realização**. (MARTÍN BARÓ, 2009, p. 195, grifos nossos)

Na mesma perspectiva, Lane, insatisfeita com a produção dicotômica da Psicologia, buscava interlocução com outros autores na América Latina, encontrou-se com Baró, que, segundo ela, "instigou a todos perguntando por que a Psicologia latino-americana não conseguia entender e elaborar propostas de ação para superar a alienação de seus povos" (SAWAIA, 2009, p. 365).

Sawaia (2009) dá continuidade ao trabalho de Lane e, além de Vigotski, incorpora Espinosa na produção de teoria e prática da Psicologia Social. Desse modo, propõe o trabalho das dimensões subjetivas na transformação social: os afetos e a imaginação, a emoção e a criatividade.

A Produção de Pesquisas Acadêmicas: Temas e Demandas

Em busca por produções acadêmicas no banco de dados da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-Psi), a partir do termo rural, encontramos um universo de 137 estudos. No entanto, a partir da leitura dos resumos, foram eliminados 79 trabalhos, por não tratarem diretamente do tema ou por serem de outras áreas científicas. Portanto, foram 58 estudos encontrados,

embora alguns deles sejam de áreas afins, compreendemos que eles, essencialmente, tratam de temas psicológicos. A grande maioria, porém, pertence à área da Psicologia e foram publicados em revista de Psicologia.

Os principais temas encontrados foram:

- a produção da subjetividade na luta pela terra;
- os desafios e as dificuldades do trabalho cooperado;
- a dor e o sofrimento dos trabalhadores rurais;
- estudos etários comparativos entre população urbana e rural;
- socialização, desenvolvimento e educação infantil;
- a representação social dos estudantes em relação ao rural e o papel da extensão universitária.

Desses estudos, apenas um trata da questão dos acampados e oito tratam da questão dos assentados. Quatro estudos se referem ao MST, e um se refere à organização política de mulheres em Minas Gerais. Ou seja, a grande maioria ainda se refere ao rural, e a minoria trata da questão da luta pela terra, dos Movimentos Sociais de luta, tal como o MST, e do acampamento e assentamento como lugares produzidos por essa luta.

Nesse universo, temos ainda, cinco estudos sobre a dimensão política em Movimentos Sociais; sete estudos tratando de idosos; oito estudos sobre a questão infantil; quatro sobre adolescentes; quatro sobre a dimensão cultural; um sobre territorialidade e os impactos da seca sobre a vida humana; 11 sobre educação, trabalho docente na zona rural, processo de ensino aprendizagem; três sobre dor e sofrimento de trabalhadores rurais; nove sobre associação de trabalhadores (o que inclui os assentamentos).

Como dissemos, o artigo de Domingues (2007) trata das teses e dissertações sobre o MST defendidas na Psicologia. Segundo

a autora, nas pesquisas sobre o MST existe uma diversidade de temáticas que ela classificou em três grupos: 1) "que dizem respeito ao que leva os sujeitos a lutar pela terra e aderir ao MST"; 2) "que dizem respeito à produção de subjetividades e questões internas ao movimento"; 3) "que dizem respeito aos agentes externos ao MST – como polícia militar, agrônomos e técnicos agropecuários e a imprensa". Na pesquisa de Vitale e Grubits (2009), fica demonstrada a necessidade de trocas de experiências e diálogos entre aqueles que pesquisam a questão indígena. Na busca por produções, as autoras encontraram um total de 49 trabalhos, incluindo artigos, teses e dissertações na área de Psicologia que tratam diretamente da temática. As autoras analisaram as pesquisas a partir de seis categorias: sujeitos, localização, assunto, conceitos, materiais e área de conhecimento. Dessa forma, elas constataram que, quanto à categoria sujeito, foram estudadas 25 etnias diferentes; quanto à questão da localização, elas perceberam que os pesquisadores dão pouca importância para essa especificação, pois não aparece no item palavras chave indexadas; quanto ao assunto, os trabalhos envolvem a questão dos mitos e da mitologia, as brincadeiras infantis, a saúde, a religião, o suicídio, a AIDS, os gêneros e as relações familiares. Sobre a questão conceitual, os trabalhos envolveram as categorias de identidade, cultura, memória, aspectos intergrupais, etc. A maioria das pesquisas foram realizadas na área da Psicologia Social, seguidas da Clínica, Psicanálise, EtnoPsicologia, etc.

Sobre quilombolas, outra questão territorial relevante, encontramos um número muito reduzido de produções. Quatro estudos foram localizados no banco de dados *BVS-Psi*, e apenas um na revista *Psicologia e Sociedade*. Os estudos versam sobre identidade, memória social, diálogo intergeracional e preservação da cultura e resistência.

Em uma busca mais específica, a partir da SciELO, do PePSIC e do LILACS, sobre assentamentos e acampamentos rurais, foram selecionados 11 artigos, que tratam diretamente da temática na Psicologia: Silva (2002, 2007, 2010); Albuquerque, Coelho, Vasconcelos (2004); Prado, Campici, Pimenta (2004); Albuquerque, Coelho, Nóbrega, Lacerda, Maribondo (2005); Leite e Dimenstein (2006); Scopinho (2007, 2009); Groff, Maheirie e Prim (2009); Vasquez (2009). Os artigos são importantíssimos, pois levantam uma série de questões fundamentais, tais como: a questão de gênero; a invisibilidade da problemática rural; a formação da consciência política dos trabalhadores; a discussão sobre as tensões e desafios dos movimentos sociais; as experiências e desafios da coletivização e do cooperativismo; a relação com grupos externos e a produção da subjetividade na luta pela terra. Enfim, existe uma preocupação com os fatores objetivos (políticas públicas, condições de trabalho, cooperação, historicidade, modos de produção) e com os fatores subjetivos (crenças e valores, identidade, saberes, sentimentos, emoções). Compreendemos que a chave para atuação da Psicologia nas questões da terra está na produção dialética entre as relações objetivas e subjetivas, que não podem ser compreendidas separadamente. O que significa levar em consideração as formações macro sociais em que os sujeitos se encontram inseridos e revelar a partir disso a produção de trajetórias singulares, a gestação de biografias únicas no entrelaçamento com a história da sociedade à qual pertencem.

Desses artigos, merece destaque o de Gislayne Cristina Figueiredo Vasquez (2009) pela descrição da intervenção psicossocial. A autora aponta as possibilidades de produzir autonomia entre mulheres trabalhadoras rurais por meio da técnica do “clube dos saberes”, o qual trabalha as questões subjetivas

partindo de uma atividade concreta, dessa forma, ela resgata a contribuição da Psicologia (Social) Institucional em atuação no meio rural. Outro trabalho interessante, o de Alessandro Soares Silva (2007), revela a importância de desvendar mais profundamente as relações produzidas na dinâmica dos movimentos sociais, propondo como fundamento teórico a produção da Psicologia (Social) Política e dos Movimentos Sociais. Por fim, o artigo de Groff, Maheirie e Prim (2009) traz, para debater a experiência de coletivização na reforma agrária, o referencial da Psicologia (Social) Sócio-Histórica, principalmente a discussão da dialética exclusão/inclusão e do sofrimento ético-político, formulado por Bader Sawaia (2002). Nesse artigo, as autoras argumentam uma questão fundamental: o universo subjetivo não se transforma apenas por mudanças objetivas, há que se garantir intervenções psicossociais nas subjetividades enclausuradas pelo medo, vergonha e humilhação que impedem o agir.

Como apontado pelas pesquisas, torna-se importante considerar a Psicologia Social como o grande campo de referências para a atuação da Psicologia nos desafios das questões da terra. Não se trata de criar mais um campo e segmentar ainda mais a nossa ciência. Será a partir dos mesmos referenciais teóricos, da mesma leitura epistemológica e metodológica da Psicologia Social e de seus desdobramentos, tais como: Psicologia Sócio-Histórica, dos Movimentos Sociais, Comunitária, Política, Análise Institucional e Esquizoanálise, que produziremos nossas pesquisas e intervenções.

Esses campos da Psicologia Social nos possibilitam ver a complexidade da realidade trabalhada, a qual exige uma leitura que não se restrinja ao viés psicologizante, que ignora o contexto social no qual o sujeito está inserido, nem sociologizante, que não considera a trajetória do sujeito e a gestação singular

de sua personalidade. A quebra desses paradigmas significa compreender o sujeito em sua intersecção com a História, não apenas como produto desta, mas também como produtor das relações sociais. (Cf. Louis Le Guillant, Georges Politzer e Lucién Séve). A dialética psicossocial deve ser compreendida para que possamos conhecer e intervir de modo transformador nas condições de desigualdade sociais e injustiças produzidas secularmente no Brasil.

Afirmamos, a partir dessas bases teóricas, a necessidade da Psicologia se envolver diretamente com as comunidades e com os movimentos sociais para daí formular sua atuação, integrada às perspectivas e necessidades dos povos, articulada a uma visão comprometida com transformações que realizem um compromisso ético-político e neguem formas de violência, exploração, injustiças, ou seja, uma Psicologia dialógica, porém propositiva.

A Atuação do CFP e dos CRPs para uma Mudança na Atuação da Psicologia

Três documentos fundamentais merecem ser lidos pelos que pretendem se aprofundar nessa temática, trata-se da produção dos Seminários organizados pelo CFP e pelo CRP/SP, respectivamente: “A questão da terra: desafios para a Psicologia” (2006) e “Série gente da terra: seminário subjetividade e a questão da terra” (2008), ações essas que começam a delinear um vasto campo tão desprezado pela Psicologia Oficial. O terceiro é o livro “Psicologia e povos indígenas” (2010), cuja produção está pautada em uma série de encontros, debates e reflexões entre psicólogas(os), outros profissionais e representantes de vários povos indígenas. Essas produções têm uma característica muito importante, elas são fruto do diálogo político entre as (os)

profissionais e os sujeitos do campo: indígenas, sem-terras, atingidos por barragens, etc. Esses povos foram convocados para falarem de suas realidades e formularem bases para a atuação da Psicologia nessas áreas. A contribuição específica de nossa ciência vem se configurando ao dar voz àqueles que historicamente foram excluídos, e, assim, possibilitar a compreensão do significado de território para a formação da subjetividade. As narrativas abaixo citadas expressam esse processo:

> Muitas vezes o homem branco fala mais do que o índio e não dá a chance de o índio falar o que ele sente, o que ele quer expressar, o tempo é corrido, não é por aí. Se querem trabalhar, ajudar o nosso povo, tem que ter a base, tem que ouvir as comunidades, para depois sim, começar a trabalhar dentro das comunidades. Antonísio Lulu Darã, cacique da aldeia Tekoa Porã (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6.ª REGIÃO, 2010, p. 61)

> Não queremos ser um objeto clínico. Não é esse o nosso papel! Construímos nosso movimento a cada dia. Com erros, acertos, reflexões, mecanismos de autocrítica e que ajudam a manter nosso rumo e nosso ideal. Isso tudo merece uma reflexão, mas não queremos ser objeto clínico de alguém que venha, estude, avalie e depois se afaste. Essa reflexão é feita não somente com os psicólogos, mas com muitos outros profissionais que vêm, fazem seus diagnósticos, detectam os problemas e depois vão embora. E o povo continua no mesmo estágio. Talvez até pior, porque se levanta uma expectativa, criam-se ilusões que não têm respostas, não se aponta soluções. Assim, a questão

é: de que forma nós, enquanto Movimento, podemos ajudar a formar os profissionais? Quais elementos eles possuem para contribuir no avanço da nossa luta, sem que percamos a identidade e os referenciais, o horizonte e os métodos de luta, os instrumentos usados (muitas vezes não aceitos) que são a cara do MST?

Em algumas instâncias ainda há resistência pelo estereótipo criado em cima do profissional de Psicologia. Mas queremos buscar alternativas, demarcando o espaço de que não queremos ser objeto de estudo, de intervenção clínica, mas, sim, sujeitos em um processo de construção de proposta, sem sermos apenas demandantes, mas que possa haver uma troca e que possamos ver até que ponto as demandas nossas e as do Conselho poderiam construir um novo processo, diferente. Gislei, representante do MST. (CFP, 2007, p. 28).





EIXO 3: A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA

A atuação e exercício profissional da Psicologia no âmbito das ruralidades e das questões da terra tornam-se uma tarefa necessária para fazer que essa ciência e profissão avance na sua capacidade propositiva de contribuir com a transformação social, assumindo o seu compromisso com os setores historicamente marginalizados, excluídos e submetidos à invisibilidade social em nosso país.

Desse modo, passamos a elencar alguns elementos que julgamos necessário para contextualizar a atuação das(os) psicólogas(os) nas questões da terra:

a. Conhecer o processo histórico, social e político do Brasil no tocante ao conjunto de lutas sociais travadas em torno da democratização da terra. Convivemos, ainda hoje, com um modelo concentracionista e conservador de distribuição de terra e tal fato tem um forte impacto para a produção da existência de milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais.
b. Reconhecer a diversidade regional, cultural, social e econômica dos modos de relação com a terra dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (assentados da reforma agrária, quilombolas, populações ribeirinhas, indígenas, trabalhadores sem-terra, quebradeiras de coco, etc.), bem como os modos de subjetivação daí decorrentes. A relação com a terra imprime dinâmicas específicas nos modos de vida, bem como aponta as particularidades nas demandas por políticas públicas, além de esclarecer a necessidade de considerar a construção histórica das subjetividades.
c. Realizar um movimento de entrada e de debate, por parte dos profissionais de Psicologia, no campo das

políticas públicas relativas às questões da terra, a exemplo da reforma agrária e da assistência técnica e extensão rural.

d. Atuar de modo inter e multidisciplinar num diálogo aberto com outros campos do conhecimento, tais como as Ciências Agrárias, Sociologia e Antropologia, Educação, Direitos Humanos, mas também com os saberes populares e da tradição, necessários para uma maior compreensão do meio rural.
e. Investir numa atuação generalista da(o) psicóloga(o), haja vista que o conjunto de demandas que se voltarão para ele será de natureza bastante heterogênea. Vasquez (2009) destaca que o trabalho com comunidades do campo se insere num território cuja população está adscrita, daí a existência de níveis de complexidade dessas demandas, bem como sua diversidade (demandas no campo da saúde, educação, organização social das famílias, gestão da produção, cultura, lazer, arte, etc.).
f. Pautar a atuação profissional nos marcos legais e éticos que regem a profissão de psicóloga(o) e, assim, garantir a contribuição do saber psicológico nesse campo de atuação de modo qualificado.

Embora não haja uma política definida que incorpore ou preconize a (o) profissional de Psicologia nas questões da terra, as possibilidades de sua atuação profissional podem se dar a partir de um vasto campo: espaços e equipamentos institucionais de educação, saúde, assistência social, assistência técnica e extensão rural, organizações não governamentais (ONGs), cooperativas de prestação de serviços no âmbito da agricultura

familiar e movimentos sociais (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, etc.).

Temos assistido, especialmente por meio das políticas de saúde e de assistência social e da implantação de seus serviços equivalentes, como as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), a um processo de interiorização da Psicologia; os psicólogos passaram a atuar em municípios de médio e pequeno porte, cujas sedes têm estreita relação com o meio rural. Dessa forma, parte da população do campo começou a procurar esses serviços.

Do ponto de vista das experiências acumuladas de trabalhos desenvolvidos por psicólogas(os) nas questões da terra, é possível destacar um conjunto de aportes que se tornaram fundamentais para a construção de modos de intervenção voltados para o desejo de superação das condições de opressão vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo, pelos povos indígenas e remanescentes de quilombos.

Dentre tais aportes, podemos destacar três: primeiramente, o campo da Psicologia Social e Psicologia Comunitária (LANE, 1994; MARTÍN-BARÓ, 1986; CAMPOS, 1998; GÓIS, 2005; BRANDÃO; BONFIM, 1999; IENO NETO, 2007), com trabalhos em torno das categorias de estudo da Psicologia Social, tais como identidade, atividade e consciência, bem como dos processos comunitários de organização participativa e emancipação (LANE, 1994; LANE; SAWAIA, 1995; IENO NETO et al., 1985). Um segundo campo notadamente fundamental vem do legado da Educação Popular (Freire, 1987, 2005), com as ações de alfabetização de jovens e adultos, dos círculos de cultura, com vistas a um processo de tomada de consciência dos mecanismos de exploração vividos pelos agricultores familiares na sua

relação de trabalho com a terra. Por fim, podemos destacar as ações relacionadas ao campo dos Direitos Humanos (ZENAIDE, 2006) na busca pela garantia do direito de acesso à terra, nas denúncias de violação de direitos sofridos por trabalhadores que lutam por terra assim como para nela permanecerem ou terem seu território reconhecido.

Dito isso, buscamos inserir a atuação profissional da Psicologia em duas principais linhas:

No processo de luta pela terra;

No processo de organização social das famílias nos espaços da terra conquistada e no âmbito das políticas públicas relativas às questões da terra, dentre as quais destacamos a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

O Processo de Luta pela Terra

A atuação da Psicologia nesse contexto inclui os espaços de conflitos de terra, os acampamentos rurais, as comunidades tradicionais vítimas de grilagens de terra, as comunidades[6] remanescentes de quilombos e as aldeias indígenas em busca do reconhecimento de seus territórios. As (Os) psicólogas (os) inseridas (os) nesses espaços geralmente têm uma relação institucional com movimentos sociais, ONGs, sindicatos rurais e universidades. Zenaide (2006), por exemplo, aponta como esses espaços de conflitos rurais são importantes para a atuação da extensão universitária, eles contribuem fortemente para o

6 Embora no campo da Psicologia Comunitária haja uma discussão em torno do conceito de comunidade, e sem querer fugir desse importante debate, aqui se entende comunidade de acordo com o MDA (2007) como: “espaço territorial que representa um conjunto de dimensões articuladas, desde o ponto de vista humano (é atribuída à Marx a afirmação que “comunidade é onde todas as pessoas se conhecem pelo nome”), econômico (atividades econômicas e de subsistência com certa similitude), e de organização social (igrejas, escolas, associações, comércio local, etc.). Normalmente, os limites deste espaço geográfico são determinados por referências/marcos estabelecidos pelos próprios moradores (o Rio, o córrego, o “Travessão”, etc.).

processo de formação de docentes e alunos de Psicologia que passam a ter contato com essa realidade social.

Assim, as ações da(o) psicóloga(o) nesse campo podem incluir:

A) *Contribuir com a organização social e comunitária* por meio da realização de encontros, reuniões e comissões de trabalho que promovam o debate e a discussão sobre o processo de luta, resgatando os aspectos históricos e a memória que marcam a identidade do grupo, bem como os projetos de vida a partir da conquista da terra.

B) C*onhecer as singularidades presentes no grupo de luta*, evitando-se, desse modo, uma homogeneização dos trabalhadores e trabalhadoras na sua relação com a terra e a luta (LEITE; DIMENSTEIN, 2006). Esse conhecimento pode advir de um trabalho de escuta qualificada e de observações participantes dos sujeitos e das famílias envolvidas, bem como de rodas de conversas com o grupo.

C) P*articipar de ações de defesa e de denúncia da violação dos direitos das famílias em processo de luta*. Sabemos dos inúmeros casos de violação dos direitos humanos nas situações de conflito por terra, que vão desde a ação truculenta da força policial em ações de despejo, o uso da violência física e moral, as ameaças de morte, até os assassinatos cometidos no campo[7]. Torna-se importante considerar os desdobramentos subjetivos que essas violências praticadas contra os direitos humanos promovem. Essa atuação pode se desdobrar na ação de identificar pessoas que passam a sofrer psiquicamente com essas violações e acompanhá-las a fim de prestar-lhes um apoio

7 Há, no âmbito do MDA, o programa Paz no Campo que visa a: a) a prevenção de tensão social no campo, a capacitação de mediadores de conflitos sociais, o atendimento de denúncias, a mediação de conflitos sociais, a assistência social, técnica e jurídica às famílias acampadas. Para mais detalhes, ver: http://www.mda.gov.br/portal/ouvidoria/institucional/ProgramaPaznoCampo.

psicossocial, bem como, se necessário, acionar serviços de saúde e assistência social que possam acolhê-las. Sawaia (1999), numa brilhante reflexão, aponta como as condições de dominação e de segregação social dos grupos marginalizados podem imobilizar a potência criativa dos sujeitos, levando-os a um sofrimento ético-político, que, em suas palavras:

> retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto (SAWAIA, 1999, p. 104-105).

Assim sendo, cabe uma prática profissional de combate a essa lógica perversa, no sentido de potencializar as capacidades criativas das pessoas e grupos em luta. A autora adverte que nesse campo é imprescindível considerar a dimensão afetiva e emocional dos sujeitos, a fim de evitar uma racionalização desses mecanismos meramente sob a égide de uma tomada de consciência das questões de opressão e sofrimento.

Outro desdobramento dessa prática são as ações educativas e de organização social no tocante ao reconhecimento dos direitos humanos e das instâncias promotoras da defesa desses direitos[8], para que elas sejam mobilizadas caso haja violação ou negação

8 Tais como: a Ouvidoria Agrária Nacional (MDA) e as Ouvidorias Agrárias Regionais, Defensorias Públicas Agrárias, Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, entre outras.

dos direitos. Lembramos, a partir de Zenaide (2006), que o trabalho no campo dos direitos humanos impele a uma ação interdisciplinar que necessita contar com o Direito, a Educação, o Serviço Social, a Sociologia, Antropologia[9] etc. Desse modo, as ações de defesa dos direitos humanos poderá ter maior ressonância.

D) *Identificar as estratégias de resistência criadas pelos trabalhadores em processo de luta*, buscando fortalecer aquelas que potencializam o grupo no seu desejo de transformação social. Impressiona-nos como, a despeito das inúmeras adversidades vividas nos espaços de luta, a exemplo da precariedade dos acampamentos rurais, das constantes ameaças aos indígenas, da ação de capangas na destruição de plantações dos trabalhadores, estes se mantêm firmes e motivados no processo de luta (LEITE; DIMENSTEIN, 2006). Conhecer os pontos motivadores da luta pela terra é imprescindível para poder torná-los ferramentas potentes na conquista dos direitos negados e, assim, possibilitar outras formas de se exercer a cidadania. São esses movimentos de resistência que fazem que, muitas vezes, os sujeitos não adoeçam ou sucumbam diante da luta e estabeleçam uma identidade compartilhada e construída coletivamente.

O Processo de Organização Social das Famílias nos Espaços da Terra Conquistada

A reforma agrária se destaca por permitir um movimento de democratização da terra, por meio do acesso à terra com a constituição dos assentamentos rurais, espaços que podem, de acordo com Ieno (2007), oportunizar melhoria na qualidade de

9 Temos acompanhado nos processos de demarcação de terras indígenas e quilombolas a contribuição de antropólogos para auxiliar na recomposição desses territórios, levando em consideração os aspectos simbólicos, culturais e cosmológicos dos grupos em questão.

vida da população rural historicamente excluída em nosso País.

No Brasil, de acordo com o Incra (2011), até o ano de 2011, existiam 8.790 projetos de assentamentos de reforma agrária, totalizando 921.226 famílias assentadas.

Há entre os estudiosos do tema uma caracterização dos assentamentos a partir do seu processo de criação e implantação. Leite et al. (2004) apontam os assentamentos de reforma agrária, de valorização de terras públicas, de transferência de ribeirinhos (reassentamento), de áreas de extrativismo. Essa diversidade de assentamentos reflete a multiplicidade de trabalhadores oriundos de diversos segmentos sociais com contextos de luta também diversos.

Quanto aos trabalhadores assentados, o que se verifica é uma trajetória de vida marcada pela ausente ou precária condição de reprodução social, passando por uma inserção nos movimentos sociais de luta por terra, culminando, muitas vezes, com a vivência do acampamento para, finalmente, tornarem-se assentados. Essas duas passagens vão, segundo Bergamasco e Norder (1996), colocar os trabalhadores rurais num plano de enfrentamento com o Estado, já que este passa a ser pressionado a tomar posições frente às ações dos movimentos sociais.

Assim, os assentamentos rurais apresentam-se como uma possibilidade de reconstrução da vida para os trabalhadores sem-terra. Surgem como catalisadores de uma série de processos sociais que reordenam o cotidiano dos agricultores, chegando a influenciar o seu entorno. Sobre esse aspecto, Palmeira et al. (2004) afirmam que a formação das áreas de assentamento implica a abertura de novas demandas com o poder público em suas variadas instâncias, a exemplo da saúde, educação, transporte, comercialização da produção, provocando alterações, inclusive, no seu entorno, a exemplo de comunidades locais.

Do ponto de vista das ações governamentais, cabe ao Incra

"a responsabilidade de coordenar a implementação de políticas públicas que deem sustentação ao desenvolvimento dos assentamentos" (IENO NETO, 2007, p. 48), buscando levar a tais áreas equipamentos sociais, programas e ações que fomentem o desenvolvimento das famílias assentadas nas suas mais variadas dimensões: acesso às políticas e programas de saúde, educação, segurança, transporte, habitação, organização da produção em parceria com os governos estaduais e municipais, bem como com as entidades de luta e os próprios assentados da reforma agrária.

Ieno Neto (2007) lembra que os assentamentos representam o começo de uma nova vida para as famílias, o que traz uma série de desafios. Afirma: "numa situação nova e de muita instabilidade, emergem uma variedade de propostas e projetos distintos de vida social e produtiva, como reflexo de diferentes expectativas sobre como pode vir a ser a vida a partir de então" (p. 49).

Nesse cenário, a Política Nacional de Reforma Agrária se inscreve como campo em que uma série de ações pode ser desenvolvida na perspectiva da atuação das(os) psicólogas(os), ações pautadas por um conjunto de reflexões teórico-práticas que subsidiam a profissão. Tais profissionais devem estar vinculados a equipes de assistência técnica, órgãos de assessoria, movimento sociais, instituições de ensino, educação, saúde e assistência social, cooperativas de prestação de serviço, organizações sociais (OS), dentre outras, visto que as leis e políticas não são efetivas por si só não haja mobilização civil para implantá-las.

Sem o propósito de reduzir o leque de atuação dos profissionais da Psicologia nos contextos rurais, assinalamos, tomando por base nossa experiência profissional[10], algumas linhas de trabalho:

10 A nossa experiência está aqui referida junto a assentamentos rurais de reforma agrária e consideramos que este é um campo entre tantos outros possíveis de atuação, como as comunidades quilombolas e grupos indígenas. Esperamos que essa contribuição possa gerar reflexões e desdobramentos para a atuação nesses campos anteriormente mencionados. Sobre algumas possibilidades de trabalho com

A) *Acompanhamento das famílias assentadas:* por meio de tal prática, espera-se construir com as mesmas o protagonismo de suas ações, através de um trabalho de reflexão sobre as suas condições de existência e das decisões a serem tomadas com o intuito de promover o desenvolvimento social e produtivo do assentamento.

Entendemos que esse parece ser um mote inspirador para a variedade de inserções profissionais nas áreas de assentamento, resguardando sempre o caráter de busca pela conquista da autonomia, o que implica um movimento participativo, de condução da vida pelos próprios sujeitos.

Destacamos que esse processo, por sua natureza reflexiva, significa sempre um trabalho de produção e de ressignificação de saberes e de práticas, já que a análise crítica das condições de vida e as decisões a serem tomadas em torno dos desafios emergentes da dinâmica do assentamento não são impostas, mas construídas no interior das práticas dialógicas e dos conflitos emergentes. Nesse sentido, Campos (2002) e Ieno Neto (2007) concordam ao apontar que a promoção de espaços de diálogos, de troca de ideias e de socialização da fala é fundamental para fazer emergir os significados diante da experiência em questão. Para tal fim, há que se recorrer, no cotidiano de trabalho da(o) psicóloga(o), a metodologias participativas, com vistas a garantir a fala por parte das pessoas, exercitando o seu uso democrático e reflexivo.

B) *Visitas domiciliares e nos roçados:* essa atividade permite maior conhecimento e aproximação com os trabalhadores e as

grupos indígenas e comunidades quilombolas, indicamos: 1 - MENEZES, A. L. T.; BERGAMASCHI, M. A. Educação Ameríndia: a dança e a escola Guarani. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009. 2 - FERNANDES, S. L. ; ROCHA, L. C. N. Memória e seus embates políticos nas construções identitárias: reminiscências de negros rurais do agreste alagoano. In: III Fórum Brasileiro do Semiárido: Educação contextualizada: natureza, técnicas, cidadania e diversidade cultural, 2011, Sobral: UVA, 2011, v.1.

trabalhadoras. É uma importante ferramenta para se conhecer as famílias na sua singularidade, identificar seus projetos e perspectivas diante da comunidade de que fazem parte, possibilita que as pessoas possam abordar questões que não conseguem tratar em grandes reuniões ou assembleias, mas que envolvem a organização, as formas de produção e de gestão no assentamento. As visitas são recursos ainda potentes para a identificação de questões tidas como tabus ou veladas (situações de dependência química, violência doméstica, saúde mental, deficiência mental, cárcere privado). Cabe lembrar que nesses casos a(o) psicóloga(o) deverá pautar sua atuação nos marcos éticos e legais da profissão e estar atento para construir uma relação de diálogo e de confiança com as famílias e a comunidade, a fim de que elas possam participar dos encaminhamentos que cada situação pode demandar e acionar a rede de cuidados responsáveis.

C) *O trabalho com grupos*: entre as modalidades de intervenção por parte das(os) psicólogas(os) e demais profissionais que atuam em comunidades rurais, o trabalho com grupos tem tido lugar de destaque. Sua fundamentação teórico-prática tem se pautado fortemente na Educação Popular de Paulo Freire, na Psicologia Comunitária e nas teorias sobre os processos grupais, a exemplo do psicodrama e da biodança. Em algumas experiências, como é o caso do Núcleo de Psicologia Comunitária (Nucom) da Universidade Federal do Ceará (UFC), tanto o processo de formação de psicólogas(os) quanto suas ações de extensão universitária e de estágios curriculares têm articulado essas referências em suas ações interventivas (BRANDÃO; BONFIM, 1999). Passamos a propor algumas atividades que envolvem, portanto, o trabalho com grupos:

- *Realização de Oficinas*: chamamos aqui de oficinas as

intervenções realizadas em grupo que apresentam uma atividade a ser socializada/compartilhada ou aprendida, tendo como objetivo não só a produção de um artefato (como peças artesanais), mas na medida em que a atividade vai sendo executada, também se abre um espaço para que as pessoas possam discutir e dialogar sobre questões sensíveis ao seu cotidiano, possibilitando a ressignificação do próprio grupo "visando o desenvolvimento de uma consciência crítica capaz de possibilitar a prática política transformadora" (SAWAIA, 1995, p. 160).

As oficinas podem ser realizadas com mulheres, homens, jovens e crianças a partir de um saber ou de alguma prática já existente no grupo. Vasquez (2009), tomando por base os pressupostos do grupo operativo (PICHON-RIVIÈRE; BLEGER), apresenta uma experiência em que acompanhou grupos de mulheres assentadas, partindo de uma atividade concreta eleita pelas próprias mulheres (ensinar as demais alguns trabalhos manuais, como costura, pintura em tecido, etc.) e da escolha de temas a serem conversados durante as atividades. Na realização dessa tarefa, conteúdos subjetivos eram verbalizados, questões do cotidiano eram debatidas e ressignificadas. Como resultado, a autora aponta maior autoestima e autonomia por parte das mulheres e maior capacidade de mobilização do grupo para lutar por seus direitos.

Dois passos são fundamentais nessa atividade: a) levantamento dos saberes de que as pessoas dispõem na comunidade e que demonstrem interesse em socializá-los, assim como a eleição de temas que desejem conversar enquanto executam a tarefa e b) a conquista de um clima de confiança, de autonomia e de solidariedade para que o grupo possa se autogerir.

As oficinas podem ser agentes mobilizadores para trabalhar categorias como consciência, memória, identidade, afetividade,

relações de gênero e de geração, cidadania, etc. A depender da tarefa e dos materiais utilizados, a exemplo de oficinas de confecção de brinquedos, pode-se explorar a dimensão afetiva e lúdica presentes na memória dos participantes, bem como refletir sobre os modos de relação e papéis estabelecidos no interior da família do ponto de vista geracional.

Ademais, pelo caráter de produção artesanal, pode-se incrementar essa atividade com o viés da geração de renda pela produção e comercialização do material confeccionado em feiras locais, lojas de artesanato, exposições, etc.

- *Formação de grupos de interesse:* com a constituição do assentamento, uma variedade de questões pode emergir e gerar uma multiplicidade de discussões e necessidades de encaminhamentos. Assim, demandas por educação, saúde, organização da produção, cultura e arte, entre outras, podem fazer parte da agenda de discussões das pessoas assentadas. Os grupos de interesse podem ser formados para atender essas especificidades. No âmbito da Psicologia Comunitária e em contextos rurais, a utilização dessa atividade tem sido proposta especialmente por Ieno Neto (2007). Em seus trabalhos de extensão universitária, orientação de estágios profissionalizantes, assessoria a cooperativas de profissionais, organizações de gestão e produção e movimentos sociais, o professor Genaro Ieno tem destacado a importância da formação de grupos de interesse por várias razões:

- permite que jovens e mulheres possam participar de processos decisórios do assentamento, uma vez que o espaço tradicional da assembleia da associação do assentamento tem predominância masculina. Esse ponto se desdobra numa ação a ser empreendida pela(o) psicóloga(o), qual seja, promover debates e discussões a respeito das temáticas de gênero e de geração com a comunidade;

- possibilita aos participantes superar a dificuldade de falar em público, ao manifestarem suas opiniões em grupos menores, partindo daí para as reuniões ampliadas e gerando maior participação nas discussões da comunidade;

- contribui para superar a tradicional ideia de representação por meio de líderes e diretores enquanto figuras individualizadas e, consequentemente, a acomodação das pessoas por se sentirem representadas por eles.

Os grupos de interesse podem ser formados mediante a definição conjunta dos temas a serem tratados e a afinidade que as pessoas têm com esses temas. O trabalho de escuta da(o) psicóloga(o) nas visitas domiciliares e nos roçados, nos encontros informais, nas reuniões da associação pode favorecer a identificação desses temas. Sua dinâmica deve garantir a participação qualificada de mulheres, jovens e homens em grupos que podem ser mistos. A(O) psicóloga(o) poderá assumir uma posição de mediador à medida que alguns conflitos possam emergir em função das discussões e da variedade de interesses presentes no grupo ou na comunidade.

Um importante desdobramento que os grupos de interesse podem ter é a necessidade de aproximação com instâncias ou agências externas aos assentamentos, como instituições de educação, saúde, prefeituras, Incra, movimentos sociais e outras comunidades rurais, uma vez que as demandas tratadas pedem uma articulação com tais instâncias, a fim de que as soluções dos problemas vividos possam ser construídas por essa rede de atores sociais.

O grupo de interesse deve, ainda, valorizar a heterogeneidade social, cultural e dos desejos das pessoas, especialmente buscando incentivar a criatividade e a tomada de decisão

nesses grupos.

D) Participação nas atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater): no ano de 2010, o Governo Federal sancionou a lei referente à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e ao Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater). A lei de Ater 12.188/2010 define que tal assistência se refere a um "serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais" (INCRA, 2010). A Ater pode ser prestada por órgãos governamentais e não governamentais, cooperativas de prestação de serviço.

Vislumbramos aí um espaço privilegiado para a inserção do profissional de Psicologia, haja vista o caráter educativo e organizativo que tal política se reveste. Entendemos que as experiências e o conhecimento crítico acumulado por parte da Psicologia pode contribuir para dar consistência aos princípios norteadores da Ater, quais sejam:

> A pluralidade, as diferenças regionais e, também, econômicas e ambientais, que existem no meio rural, no sentido de assegurar uma assistência pública, gratuita, participativa, educativa, multidimensional e de qualidade, que respeite o potencial local para a promoção do desenvolvimento rural sustentável (CARMO; PINTO; COMITRE, 2008)

A política de Ater e do Pronater visa a fortalecer a agricultura familiar por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural

de seus beneficiários. Há que se considerar que, tradicionalmente, os serviços de assistência técnica e extensão rural pautam-se numa lógica de transferência de informação ou conhecimento de novas tecnologias que, muitas vezes, não se adaptam ou não estão de acordo com a realidade cultural dos trabalhadores do campo. Mesmo que tais tecnologias possam contribuir com o desenvolvimento das comunidades, o caráter arbitrário e não dialógico que tais práticas adotam impedem o diálogo e uma avaliação conjunta das contribuições que as tecnologias/ conhecimentos podem apresentar.

Nesse ponto, é fundamental que os profissionais envolvidos nesses serviços atentem para o fato de que:

> Faz-se necessário construir o saber tecnológico a partir dos distintos agrossistemas e suas, também distintas, bases culturais, sociais e econômicas. Por esses motivos, em suas novas práticas, os serviços públicos da Ater estão sendo executados com o emprego de metodologias participativas, tendo o extensionista o papel principal de educador e facilitador do desenvolvimento da comunidade de forma sustentável" (CARMO; PINTO; COMITRE, 2008).

A inserção da(o) psicóloga(o) nos serviços de Ater vai exigir desse profissional, além do marco generalista de sua formação, uma atuação articulada às demais áreas do conhecimento, trabalho em equipes multi e interdisciplinar e um constante diálogo com os saberes locais. Temas como sustentabilidade ambiental, agroecologia, cadeia produtiva, cultura camponesa e indígena, agricultura familiar, associativismo e cooperativismo dentre outros, devem ser familiares o suficiente para que a(o)

psicóloga(o) consiga dialogar tanto com a equipe de trabalho quanto com a comunidade.

Dentre os serviços definidos pela política de Ater, por meio da Portaria Incra 581 de 20/9/2010, selecionamos alguns que podem ser realizados com a participação da(o) psicóloga(o), em parceria com outros profissionais, e dos trabalhadores e trabalhadoras rurais:

- Elaboração de projetos
- Elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA)
- Cursos

- *Elaboração de projetos:* conforme a referida portaria, a finalidade do projeto é contribuir para o desenvolvimento produtivo e econômico tanto por meio de propostas individuais ou coletivas direcionadas às agências financiadoras. A política de Ater orienta que o projeto deve ser discutido com a família ou grupo interessado, partir de um diagnóstico e considerar as especificidades de gênero, etnia, raça e geração.

- *Elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA)*: o PDA se constitui numa ferramenta para pensar e operacionalizar o desenvolvimento dos assentamentos rurais em suas várias dimensões (econômica, produtiva, cultural, social). Trata-se de uma oportunidade de mobilização social com vistas a projetar o conjunto de desejos, projetos, sonhos vislumbrados pelas famílias, além de ser um grande passo para dar viabilidade à vida da comunidade e um importante documento para ser apresentado às agências de financiamento.

Para tanto, um conjunto de atividades necessita ser realizado de forma consistente e reflexiva, uma gama de parceiros precisa ser acionada, um posicionamento político precisa ser definido e

a participação dos atores envolvidos deve ser constantemente nutrida. A construção de um diagnóstico é decisiva para se identificar as potencialidades, as oportunidades e ameaças que podem se dar ao longo do processo. Diversas esferas do assentamento devem ser recobertas a fim de se levantar informações que venham a propiciar maior conhecimento da história do grupo, dos recursos naturais, econômicos, de infraestrutura, sociais, educacionais, culturais e políticos.

A sua execução, de acordo com o Manual Operacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (INCRA, 2008) deve se dar por meio de um processo educativo, problematizador e com o uso de metodologias participativas, e em consonância com os contextos de sua realização.

Cabe, aqui, à (ao) psicóloga (o), um esforço de integração com as(os) demais profissionais e com as famílias, no tocante à construção de uma atmosfera propiciadora de debates, proposições, estudos e definições sobre o que vai integrar o plano de desenvolvimento. Para isso, os espaços das assembleias, dos grupos de interesses, de reuniões com parceiros, e as associações com instituições externas ao assentamento são fundamentais para a costura de alianças em favor da comunidade.

Como o processo de pensar ações de desenvolvimento para a comunidade implica a participação de atores institucionais, é desejável que se estimule a participação de pessoas da comunidade para tomar assento em instâncias de controle social, de conselhos municipais (educação, saúde, agricultura, etc.), fóruns municipais (a exemplo da assistência técnica), buscando fortalecer a representatividade da comunidade nessas instâncias.

Os conhecimentos advindos do campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho poderão ser ferramentas potentes para esse processo. Discutir e propor grupos de trabalho com

as famílias assentadas no tocante ao processo de organização e gestão da produção, das relações de trabalho, da tomada de decisões, dos potenciais humanos para a definição de funções e distribuição de tarefas parece decisivo nesse momento. A utilização de algumas técnicas de dinâmicas de grupo e de animação comunitária permitirá um clima mais acolhedor e empolgante para as atividades.

- *Cursos*: são atividades guiadas por um caráter didático e pedagógico de socialização e construção de conhecimentos teórico-práticos que favoreçam o desenvolvimento social, econômico e cultural dos trabalhadores e das trabalhadoras. Podem versar sobre temas que se coadunem com a realidade do campo. A(O) psicóloga(o) poderá, em parceria com profissionais de outras áreas, ministrar cursos sobre organização social, associativismo e cooperativismo, gestão de recursos humanos, processos de trabalho. É uma oportunidade para a troca de conhecimentos, no sentido de explorar o saber das pessoas sobre a temática em questão e a possibilidade de sua ampliação.

Desafios para Psicólogas(os)

Um grande desafio está aqui colocado para o Estado brasileiro: o de estabelecer um diálogo respeitoso, por meio de políticas públicas diferenciadas, com cada um dos diferentes povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, e conhecer suas demandas e propostas específicas.

Faz parte desse desafio lidar também com a dimensão da subjetividade e da especificidade cultural dos processos que ocorrem no interior das comunidades e nas relações dessas comunidades com a sociedade brasileira e o Estado nacional.

O enfrentamento desse desafio pode ter a contribuição

significativa das(os) psicólogas(os) nas seguintes áreas:

a. Acompanhar e subsidiar as comunidades indígenas e tradicionais e seus representantes na elaboração, execução e monitoramento das políticas públicas incidentes em seus territórios, fortalecendo os processos individuais e comunitários de participação.
b. Na área da educação diferenciada, trabalhar métodos pedagógicos, materiais didáticos e processos avaliativos que sejam coerentes e estejam em sintonia com as culturas e com as características da vida cotidiana das comunidades, com seus processos próprios de transmissão de valores e conhecimentos.
c. Na área de saúde, construir processos de parceria e complementação entre a medicina tradicional dos povos do campo e a medicina ocidental, incluindo a valorização das plantas medicinais próprias e dos métodos de cura utilizados por rezadores, pajés, benzedeiras e xamãs.
d. Na área da economia comunitária, contribuir na construção de processos de etnodesenvolvimento, nos quais o planejamento da produção esteja nas mãos do conjunto da comunidade e seja coerente com seus valores, suas práticas coletivas e suas necessidades de reprodução física e cultural.
e. Na dimensão política, contribuir no enfrentamento da invisibilidade e da vulnerabilidade social das comunidades indígenas, quilombolas, tradicionais e camponesas, fortalecendo lideranças, grupos e comunidades no seu processo de busca e afirmação de direitos.
f. Trabalhar numa perspectiva interdisciplinar, buscando articular os conhecimentos da Psicologia com os da Antropologia, da Sociologia, da História, da Medicina, da

Pedagogia, das Ciências da Religião, da Geografia, etc., para que essa articulação de conhecimentos possa melhor dar conta de um diagnóstico dos processos étnico-culturais em curso e do fortalecimento das comunidades indígenas, quilombolas, tradicionais e camponesas em sua busca de afirmação cultural, política e territorial.

Gestão Pública e o Lugar da Alteridade

Nos procedimentos, orientações e normas estabelecidos pela gestão pública, existe pouco espaço dedicado à alteridade e à diversidade cultural. Com o crescimento das áreas de gestão relacionadas com os povos indígenas, quilombolas, povos tradicionais e comunidades camponesas, são diversas as possibilidades de ação por parte dos profissionais da Psicologia:

a. Buscar a abertura de espaço para psicólogas(os) nos concursos públicos dedicados à seleção de servidores federais, estaduais e municipais, cuja visão conservadora enxerga hoje apenas a contribuição de categorias profissionais diretamente relacionadas à questão agrária e agrícola, numa perspectiva produtivista, economicista e assistencialista.
b. Participar de espaços de formação com os gestores públicos que trabalham com povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e camponesas, no sentido de contribuir com temas como educação diferenciada, saúde coletiva, organização comunitária, processos de participação e de gestão territorial, planejamento estratégico em etnodesenvolvimento, gestão pública, subjetividade e diversidade étnico-cultural.
c. Atuar no Programa “Brasil sem Miséria”, do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), especialmente no

componente chamado “Busca Ativa”, que pretende trazer para o âmbito desta ação governamental indivíduos, grupos e comunidades em situação de pobreza extrema, mas que resistem à interação com instituições públicas, devido a experiências negativas de contatos anteriores com órgãos e agentes governamentais.

d. Atuar em outros programas federais como “Brasil Quilombola”, da Secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial (Seppir), que articula 23 ministérios; Territórios Etnoeducacionais, do Ministério da Educação; Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), e Unidades Básicas de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde; na gestão dos Territórios da Cidadania (MDA); nos diferentes programas e ações da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH); nos programas de compensação às populações atingidas por barragens e grandes obras; na articulação das políticas públicas municipais, estaduais e federais que abrangem populações indígenas, quilombolas, tradicionais e camponesas.
e. Fortalecer processos de participação social, trabalhando linguagens e processos alternativos como teatro, poesia, pintura, vídeo, redes sociais, etc.
f. Trabalhar formas de transmitir didaticamente aos povos do campo os procedimentos, regras, normas e legislação referentes à gestão pública, aos povos do campo, para que estes possam se apropriar desses processos e deles participar, e desenvolver com eles maneiras próprias de intervir no planejamento, na execução, no monitoramento e no controle social das políticas públicas.

Evidentemente que as possibilidades de atuação da(o) psicóloga(o) nas questões da terra são inesgotáveis. O cotidiano de vida das pessoas dota-se de uma heterogeneidade e intensidade que permite uma variedade de interlocuções com tal riqueza. O que se apontou, até aqui, deve ser tomado como ponto de partida e de reflexão para proposições outras, desdobramentos podem surgir e o convívio com as comunidades pode suscitar inúmeras possibilidades de aproximação e de diálogo com o saber e o fazer psicológico.



EIXO 4: DESAFIOS PARA UMA PRÁTICA PSICOLÓGICA EMANCIPADORA

A Emergência de Novos Sujeitos Políticos e o Papel da Psicologia

Durante as últimas décadas, particularmente a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988, a sociedade brasileira conheceu a emergência das populações do campo como sujeitos políticos, portadores de direitos e participantes ativos na construção das políticas públicas que lhes dizem respeito.

Fortes mobilizações e amplas articulações desses setores ressoaram e incidiram no Congresso Constituinte de 1986 a 1988, processo que teve como principal consequência o reconhecimento, pela Carta aprovada, dos direitos territoriais dos povos do campo.

Povos indígenas, populações quilombolas, comunidades tradicionais, camponeses, desde então, conseguiram visibilidade para suas lutas e buscaram garantir o direito básico, que é fonte dos demais direitos: o direito ao território.

A partir do reconhecimento e da garantia do território, os diversos povos têm buscado ser protagonistas na construção, execução, monitoramento e avaliação permanente das políticas públicas que incidem sobre a vida das suas comunidades, ou seja, buscam exercer seu direito ao controle social das ações que o Estado brasileiro realiza em seus territórios.

A demarcação da totalidade dos territórios indígenas, quilombolas e das populações tradicionais, somando com as áreas de preservação ambiental, significaria a preservação de cerca de trinta por cento do território nacional para seus legítimos donos, os povos do campo, excluindo essas áreas do mercado de terras do País.

Trata-se de um grande desafio para o Estado e para a sociedade brasileira, a construção de políticas públicas específicas para

esses povos e seus espaços comunitários, pois são regiões étnica e culturalmente diferenciadas, que requerem tratamentos igualmente diferenciados.

Temos em todo o território nacional 235 povos indígenas, vivendo em mais de 700 territórios indígenas; cerca de 3.500 comunidades quilombolas e uma enorme gama de comunidades tradicionais, ribeirinhos, pescadores, extrativistas.

Em 2008 foram criados os chamados "Territórios da Cidadania", coordenados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, nos quais se buscam articular as várias políticas públicas federais, estaduais e municipais, contando com a participação institucional das comunidades ali existentes. Tais Territórios incidem sobre grande parte das comunidades tradicionais, constituindo espaços importantes para estas exercerem seu protagonismo político em termos do controle social.

Além desses espaços, existem os Conselhos e Comissões que discutem e elaboram políticas públicas, como a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), criada em 2006, e a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), criada também em 2006, nas quais participam representantes dos diversos ministérios assim como das comunidades indígenas e tradicionais.

As lutas dos povos do campo em nível internacional fizeram que seus direitos fossem reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e seus organismos. Devido a isso temos, por exemplo, a "Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais", da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. Esse instrumento internacional estabelece os parâmetros pelos quais os Estados nacionais devem se pautar para a construção de relações respeitosas com as comunidades indígenas e tradicionais existentes em seus territórios.

A própria ONU aprovou, em 2007, a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, da qual também o Brasil é signatário.

Percebemos, portanto, que os povos indígenas e demais povos do campo avançaram muito, nos últimos anos, em termos do reconhecimento de seus direitos e de conquista de espaços institucionais onde sua participação é garantida, tanto para a construção como para a implementação e monitoramento das políticas públicas que lhes dizem respeito, tais como saúde, educação, gestão territorial, fortalecimento cultural, sustentabilidade ambiental, projetos de etnodesenvolvimento.

É nesse contexto que cabe se perguntar qual pode ser o papel a ser desempenhado pela Psicologia, tanto no sentido de investigar os complexos processos sociais e étnicos em curso e sua dimensão subjetiva, como também qual pode ser o papel das(os) psicólogas(os) da perspectiva de uma prática profissional comprometida com os direitos fundamentais dos povos do campo.

Formação da(o) Psicóloga(o) e Temas de Pesquisa em Psicologia

Para que o profissional da Psicologia possa contribuir de maneira mais profunda com os povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e camponesas, é necessário que exista um processo de formação que o qualifique para esse desafio, não só em termos de conteúdos, mas também em termos de um comprometimento com o destino e com o protagonismo político dessas populações.

São temas relevantes para a formação profissional e para as pesquisas em Psicologia:

a. História do campo brasileiro e de suas populações regionais
b. História das lutas indígenas e camponesas no Brasil e na América Latina

c. A emergência atual dos povos do campo no Brasil e na América Latina
d. Políticas públicas atuais e o campo brasileiro
e. Estado e hegemonia cultural
f. Estado, políticas culturais e práticas culturais
g. Políticas públicas, subjetividades e culturas
h. Sociedade, relações de classe e relações étnicas
i. Antropologia Cultural, Etnologia e Etnografia
j. Ciências da Religião
k. Povos Indígenas no Brasil
l. Comunidades Tradicionais no Brasil
m. Formação e atualidade dos quilombos no Brasil

É também importante que as universidades realizem diálogos e construam parcerias com organizações representativas dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e camponesas, pois estas podem contribuir, tanto no acesso de professores, alunos e pesquisadores à realidade do campo com o seu universo social e étnico-cultural, como podem contribuir com a aproximação dos povos do campo da vida acadêmica, de seus métodos e de seu patrimônio de conhecimento.

É fundamental que as universidades preparem e orientem professores, alunos e pesquisadores para que estes atuem de maneira respeitosa e numa atitude de escuta na relação com as comunidades do campo, as quais, historicamente, foram muito marcadas por uma relação desigual, preconceituosa, autoritária e excludente da nossa sociedade com relação a elas.

Uma Psicologia Voltada para o Campo: Desafios Face ao Futuro

A questão de fundo que está colocada para a construção deste caminho de diálogo e comprometimento da Psicologia com as

populações do campo brasileiro é a própria possibilidade de maior democratização do Estado brasileiro e de nossas instituições, ao tempo que ocorrem a emergência e o fortalecimento das inúmeras populações e territórios étnico-culturais no interior de nosso país.

As lutas dos povos do campo, que já possuem uma longa e rica história, permitiram o surgimento de novas subjetividades, social e culturalmente diversas, que buscam alianças com nossos profissionais e com a nossa ciência para seguirem avançando no diálogo com a sociedade, o Estado e a cultura atualmente hegemônicos.

Os profissionais da Psicologia podem dar significativa contribuição para a democratização do Estado, no que diz respeito à abertura do diálogo com os povos do campo, para receber suas demandas, críticas, propostas e para a construção de parcerias em torno das políticas públicas articuladas com seus territórios e culturas.

Neste sentido, são muitos os espaços que poderiam ser ocupados por psicólogas(os) nos diversos ministérios, nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Direitos Humanos, Direitos Indígenas, Comunidades Tradicionais, Igualdade Racial, Participação Social, Justiça, Desenvolvimento Agrário, Políticas para as Mulheres, Políticas para a Juventude, Meio Ambiente.

É importante também que os profissionais da Psicologia participem mais ativamente nos Conselhos de políticas públicas, assim como nos processos de Conferências, nas suas etapas municipais, estaduais e federais.

A contribuição da Psicologia pode se dar, além de nos espaços de gestão das instituições públicas federais, nos espaços de gestão das instituições públicas municipais e estaduais, que são inclusive mais próximas geograficamente das comunidades indígenas, quilombolas, tradicionais ou camponesas.

Em todos esses lugares, a(o) psicóloga(o) pode fazer a diferença, em termos de qualificar o processo de escuta e interação da sociedade brasileira e do Estado com os povos e comunidades do campo, construindo um vínculo marcado pelo respeito e potencializando as ações comuns.

Neste momento histórico, de crise civilizatória, os povos do campo nos apontam para uma vida para além do consumo imediato e obsessivo de mercadorias ou para além de um modo de vida marcado por sermos consumidos como mercadorias pelos objetos que imaginamos consumir.

A partir de suas próprias vidas, valores e culturas, os povos do campo nos apontam outra direção, para concepções de vida orientadas por relações plenas de significado entre as pessoas no interior das comunidades e por relações plenas de significado entre as comunidades e a natureza como um todo.

Não é outra a imensa contribuição humanista que nos traz o povo indígena Guarani Kaiowá, quando busca sem cessar a sua Terra sem Males e neste caminho funda, desde séculos, seus Tekoha, ou seja, territórios onde possa exercer o seu modo de ser, caracterizado pelo necessário equilíbrio interno e externo da comunidade.

Todo desequilíbrio faz que as comunidades indígenas Guarani Kaiowá ponham-se novamente a caminhar, deixando territórios antigos e buscando novos, numa busca milenar pelo equilíbrio individual e comunitário.

Podemos aprender muito com o povo Guarani Kaiowá e com todos os povos indígenas, com os quilombolas, com as comunidades tradicionais e com as comunidades camponesas, para traçar o nosso próprio caminho, como profissionais da Psicologia, na busca por uma Terra sem Males em nosso país e em nosso continente.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. J. B. Aspectos psicossociais do mundo agrário. **Revista de Psicologia,** Fortaleza, v. 13, n. 11, p. 69-76, 1999b. Acessado em 11 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/pospsi/drvs/index.htm>.

ALBUQUERQUE, F. J. B.; PIMENTEL, C. E. Uma aproximação semântica aos conceitos de urbano, rural e cooperativa. **Psicologia:** Teoria e Pesquisa. Brasília, DF, 20(2): 175-182, 2004.

ALBUQUERQUE, F. J. B.; COELHO, J. A. P. DE M.; NÓBREGA, A. F.; LACERDA. C. S.; MARIBONDO, O. F. Integração entre assentados agrários e comunidades vizinhas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10 (3), 2005.

ANDRADE, M. C. DE. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1986.

ANTUNES, M. A. M. **A Psicologia no Brasil**: leitura histórica sobre sua constituição. 5. ed., São Paulo: Educ, 1998.

AUGUSTO, R. C; GERKEN, C. H. S. Diversidade sociocultural e educação: desafios para a Psicologia. In: ANAIS DO VIII CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL, 2007, São João Del Rey. **Psicologia escolar e educacional:** história, compromissos e perspectivas, p. 23, 2007.

BASSANEZI, I. E. **Estilos de vida das pequenas produtoras rurais**: “as mulheres do roçado e do sítio”. 1994. Dissertação

de mestrado, Curso de Mestrado em Serviço Social, CCHLA, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1994.

BERGAMASCO, S. M. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: MEDEIROS, L. e outros (Orgs.) **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOCK, A. M. B. Psicologia e ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: BOCK, A. M. B. (Org.) **Psicologia e compromisso social.** São Paulo: Cortez, 2003, p. 9 – 28.

BRANDÃO, C. R. (org.) **Repensando a pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRANDÃO, J. R.; BONFIM, Z. A. C. **Os jardins da Psicologia comunitária:** escritos sobre a trajetória de um modelo teórico vivencial. Fortaleza: Pró-Reitoria de Extensão da UFC/ABRAPSO, 1999.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006.

CAMPOS, R. H. F. Psicologia comunitária, cultura e consciência. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.) **Psicologia Social comunitária**: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 164-177.
CANUTO, Antônio. Violência X ações dos movimentos sociais do

campo. In: **Direitos Humanos no Brasil 2006:** Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2006. p. 23-29.
CARMO, M. S.; PINTO, M. S. V.; COMITRE, V. Estratégias agroecológicas de intervenção em assentamentos humanos: extensão para um rural sustentável. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Orgs.) **Reforma agrária e desenvolvimento:** desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008, p. 239-270.

CAUME, D. J. **A tessitura do "assentamento de reforma agrária"**: discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder. 2002. Tese de doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP, Campinas (SP), 2002.

CHITARRA, R. J. **Construção de projetos sociais alternativos:** um estudo de comunidades rurais**.** Dissertação de mestrado em Psicologia Social, PUC-SP, São Paulo,1987.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Série Gente da Terra. **Seminário: Subjetividade e a questão da terra.** Brasília, agosto de 2004. Disponível em: < http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/publicacoes/relatorios/relatorios_070601_0169.html> Acesso em 11 de setembro de 2009.

_____. **Relatório do Seminário Nacional A questão da terra, desafios para a Psicologia**. Brasília: NEAD, julho de 2006.
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6.ª REGIÃO (org.). **Psicologia e povos indígenas**. São Paulo: CRPSP, 2010. 250p.

COUTINHO, E. **Cabra Marcado para Morrer.** Rio de Janeiro, Mapa Filmes e Globo Vídeo, 1964-1981. VHS, 35 mm. 119 min.

D'INCAO, M. C. A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária**. Lua Nova: revista de cultura e política**, Campinas (SP), n. 23, 1991.

D'INCAO, M. C.; ROY, G. **Nós cidadãos**: aprendendo e ensinando a democracia. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

DOMINGUES, E. Vinte anos do MST: a Psicologia nesta história. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.12, n.3, p. 573-582, set./dez.2007.

DUQUE, G. (Org.) **Agricultura Familiar, meio ambiente e desenvolvimento:** ensaios e pesquisas em sociologia rural. João Pessoa: UFPB, 2002.

ESTERCI, N. et alii. Assentamentos rurais: um convite ao debate. **Revista ABRA**, Campinas (SP), set/dez.: 1992.

FALS BORDA, O. F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: Brandão, C. R. (org.) **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 42-62.

FANON, F. **Os condenados da Terra**. Juiz de Fora: UFJS, 2010.

FERNANDES, B. M. Gênese e Desenvolvimento do MST. **Caderno de Formação**, São Paulo: MST, n. 30, 1998.

FERRANTE, V. L. S. B. et. alii. Assentamentos rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. In: FERRANTE, V. L. S. (Org.) Retratos de assentamentos. **Cadernos de Pesquisa**, NUPEDOR, UNESP: Araraquara (SP), Ano I, n. 1, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREITAS, M. F. Q. Psicologia na comunidade, Psicologia da comunidade e Psicologia (social) comunitária: Práticas da Psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: CAMPOS, R. H. F. (org.) **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. Desafios e possibilidades para a Psicologia Social comunitária em contextos rurais. In: NOVO, H. SOUZA, L.; ANDRADE, A. N. **Ética, cidadania e participação:** debates no campo da Psicologia. Vitória: Edufes;CCHN Publicações, 2001.

GÓIS, C. W. L. **Psicologia comunitária:** atividade e consciência. Fortaleza: Instituto Paulo Freire, 2005.

GROFF, A. MAHEIRIE, K. PRIM, L. A experiência de coletivização em um assentamento de reforma agrária do MST. **Psicologia Política.** Belo Horizonte, MG, 9(17): 113-128, 2009.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra, 1968.

HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R.; LEITE, S. **Os impactos regionais da reforma agrária:** um estudo sobre áreas selecionadas – Resumo Executivo. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ – NUAP/PPGAS/MN/UFRJ, Convênio REDES/NEAD-IICA, fevereiro de 2002.

IENO NETO, G. **Assentamentos rurais e desenvolvimento**: em busca de sentido – O Projeto Lumiar na Paraíba. 2005. Tese de Doutorado, UFPB/UFCG/PPGS, João Pessoa (PB), 2005.

_____; BAMAT, T. **Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba.** João Pessoa/PB: INCRA-PB, UNITRABALHO-UFPB, CPT-PB, CEDOP; 1998.

_____. A reforma agrária como alternativa à violência. In: M. Grandesso; M. R. Barreto (Orgs.). **Terapia Comunitária:** tecendo redes para a transformação social – saúde, educação e políticas públicas, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 47-54.

_____. NUNES, B. MALHEIRO, D.; MOREIRA, E.; CONSERVA, M.; SOUZA, M.; MARIANO, M.; NEVES, M.; SILVA, S.; QUEIRÓZ, T.; VELOSO, T. Uma experiência de trabalho no meio rural. In: **Psicologia: ciência e profissão**, v. 5, n. 2, 27-31, 1985.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília, 2000.

INCRA. **Projetos de reforma agrária conforme fases de implementação**, 2011. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/reforma-agraria/questao-fundiaria/assentamentos_2001_a_2010.pdf. Acesso em 14 de outubro de 2011.

_____. **Nova lei de ATER**, 2010. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15129&Itemid=378. Acesso em 10 de outubro de 2011.

_____. **Portaria nº 581**, 2010. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15129&Itemid=378. Acesso em 10 de outubro de 2011.

_____. **Assessoria técnica, social e ambiental:** manual operacional. Brasília: MDA, 2008.

JACÓ-VILELA, A. M.; RODRIGUES, H. B. C. Além e aquém da separação: a Psicologia no Brasil. In: MASSIMI, M. (Org.). **História da Psicologia no Brasil do século XX**. São Paulo: E.P.U., v. 1, p. 217-230, 2004.

KAHHALE, E.; ROSA, E. A Construção de um saber crítico em Psicologia. In: BOCK, A. E GONÇALVES, M. G. **A dimensão subjetiva da realidade**: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar**: uma realidade multiforme. v. I. Campinas (SP): UNICAMP, 1993.

_____. (Coord.) **A agricultura familiar**: do mito à realidade. vol. II. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1998.
LANE, S. O que é Psicologia social. In: LANE, S. ; CODO, W. (Eds.), **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo, SP: Brasiliense, 1984.

LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. (Orgs.) **Novas veredas da Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LARROSA, J. **La experiencia de la lectura**: estudios sobre literatura y formación. Barcelona: Editorial Alertes, 1996.

LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Orgs.) **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001.

LE GUILLANT, L. **Escritos de Louis Le Guillant***:* da ergoterapia à psicopatologia do trabalho. Organização de Maria Elizabeth Antunes Lima. Petrópolis: Vozes, 2006.

LEITE, J. F., DIMENSTEIN, M. Subjetividade em movimento: o MST no Rio Grande do Norte. **Psicologia & Sociedade**, 18(1), 21-30, 2006.

_____. **Militância política e produção de subjetividade**: o MST em perspectiva. Natal: EDUFRN, 2011.

LEITE, S. P. et al. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: UNESP.

LOPES, J. R. A questão social da terra como desafio para

a Psicologia. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 12, n. 3, Dec. 2007 . Acesso em 11 de setembro de 2011.

MAI, L. D. Difusão dos ideários higienista e eugenista no Brasil. In: BORARINI, M. L. (org.). **Higiene e raça como projetos**: higienismo e eugenismo no Brasil. Maringá: Eduem, 2003. p. 45-70.

MARTÍN-BARÓ, I. **Psicologia Social de la guerra**. San Salvador: UCA Editores, 2010.

_____. Para uma Psicologia da Libertação. In: GUZZO, R.; LACERDA JUNIOR, F. **Psicologia Social para a América Latina**: o resgate da Psicologia da Libertação. Campinas: Alínea, 2009.

MARTINS, J. DE S. **Caminhada no chão da noite**: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo, Editora Hucitec, 1989.

MARTINS, A. M.; AUGUSTO, R. C.; ROCHA, M. I. A.; LEE, H. Formação em psicologia e os povos do campo: um debate necessário. **Psicologia:** Ensino & Formação, v. 1, p. 83-98, 2010.

MASSIMI, M. **História da Psicologia brasileira**: da época colonial até 1934. São Paulo: Epu, 1990.

MEDEIROS, L. S. de et alii. (Orgs.). **Assentamentos rurais:** uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994.

MEDEIROS, L. S. DE; LEITE, S. (Orgs.). **A formação dos**

assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRGS/CPDA, 1999.

MELO, D. M. de. **A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST**. 2001. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2001.

MENEZES, M. A. Práticas cotidianas de resistência dos camponeses: uma leitura crítica de James C. Scott. In: **Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Ano XVIII, nº 21/22, 2001, Campina Grande (PB): Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFCG/UFPB.

MOREIRA, E. **Atlas de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1996.

MOURA, C. **Sociologia política da guerra de Canudos:** da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

NOBRE, M. Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a teoria crítica (Prefácio). In: A. HONNETH. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: 34, 2003.

OLIVEIRA, F. G. DE; IENO NETO, G. **A nova reforma agrária e o desenvolvimento territorial na Paraíba**. Seminário Internacional de Planejamento e Desenvolvimento Territorial, 28-30/set./1999. Campina Grande (PB): UFPB/CIRAD.

POLITZER, G. **Crítica dos Fundamentos da Psicologia I**. Porto: Presença, 1973.

_____.. **Crítica dos Fundamentos da Psicologia II**. Porto: Presença, 1976.
PRADO, M. A. M.; CAMPICI, C. P. F.; PIMENTA, S. D. Identidade coletiva e política na trajetória de organização das trabalhadoras rurais de Minas Gerais: para uma Psicologia política das ações coletivas. **Psicologia em Revista.** Belo Horizonte, v. 10, n. 16. p. 298-317, dez. 2004.

REY, F. L. G. Encontro da Psicologia Social brasileira com a Psicologia soviética. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. spe2, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000500019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 de outubro de 2011. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000500019.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROLNIK, S. Psicologia: subjetividade, ética e cultura. In: SILVA, A. do E. et alii. (Orgs.). Subjetividade: questões contemporâneas. **SaúdeLoucura** n. 6. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 13-21.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, B. DE S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
SASS, O. **Fragmentos sobre a vida na roça**: estudo psicossocial com pequenos proprietários rurais. 1983. Dissertação de mestrado em Psicologia Social, PUC-SP, São Paulo, 1983.

SAUER, S. **Terra e modernidade**: a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2010.
SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, dez. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo. Acesso em 23 de outubro de 2011.

_____. Introdução: exclusão ou inclusão perversa. In: SAWAIA, B. B. (Ed.) **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes.

_____. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão-inclusão. In: SAWAIA, B. B. (Org.) **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social, pp. 97-118. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In: LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. (Orgs.) **Novas veredas da Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 157-168.

SCHMIDT, B. V.; MARINHO, D. N. C.; ROSA, S. L. C. (Orgs.) **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: UNB, 1998.

SCOPINHO, R. A. Sobre Cooperação e Cooperativas em Assentamentos Rurais**. Psicologia e Sociedade.** Porto Alegre, RS, 19: 84-94, 2007.

_____. Em busca de “elos perdidos”: projeto de assentamento e modos de identificação entre trabalhadores rurais assentados. **Cad. psicol. soc. trab**., Dez 2009, v.12, n.2, p.257-270.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
SÉVE, L. A personalidade em gestação. In: SILVEIRA, P. e DORAY, B. **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1989.

SILVA, A. S. A identificação de adversários, de sentimentos antagônicos e de (in)eficácia política na formação da consciência política no MST Paulista**. Interações –** Estudos e Pesquisa em Psicologia Social. Rio de Janeiro, RJ, 7(1): 105-126, 2007.

_____. O lugar das crenças e dos valores societais na formação da consciência política entre trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra. **Interações** - Estudos e Pesquisa em Psicologia Social. São Paulo, v.7 (14): 105-130, 2002.

SILVA, J. G. DA. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (org.).**A questão agrária hoje**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1994, pp. 14s.

STÉDILE, J. P. (Org.).**A questão agrária hoje**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 1994.

VALQUEZ, G. C. F. A Psicologia na área rural: os assentamentos da reforma agrária e as mulheres assentadas. **Psicologia Ciência e Profissão**. Brasília, DF, 29(4): 856-867, 2009.

VARELA, F. **A questão agrária nacional e assentamentos rurais na Paraíba**, 3. ed., João Pessoa: Idéia, 2003.

VITALE, M. P.; GRUBITS, S. Psicologia e povos indígenas: um

estudo preliminar do “Estado da Arte”. **Revista Psicologia e Saúde**, 1 (1), p. 15-30, 2009.
WHITAKER, D. C. A.; FIAMENGUE, E. C. Assentamentos de reforma agrária: novos atores e novos espaços sociais no campo. In: WHITAKER, D. C. A.; FIAMENGUE, E. C. (Orgs.) Retratos de assentamentos. **Cadernos de pesquisa**, Ano II, n. 2, NUDEPOR, UNESP. Araraquara (SP): 1995.

ZENAIDE, M. N. T. **A questão da terra como desafio para a Psicologia**. In: CFP (Org.), Seminário Nacional: A questão da terra – desafios para a Psicologia (Relatório). Brasília: CFP, p. 100-105,2006.

ZIMMERMANN, N. DE C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L. S. de et alii. (Orgs.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994, pp. 205-224.

Conselho Federal de Psicologia

Conselhos Regionais de Psicologia

CREPOP

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

Psicologia 50 anos da Profissão no Brasil

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-89208-63-5

9 788589 208635